

**HÉLIO JOSÉ PAIVA PEREIRA**

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO MEIO DE  
INTEGRAÇÃO ENTRE O 2º E O 3º GRAU NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.**

**Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em Educação,  
na Pontifícia Universidade Católica do Paraná.  
Orientador: Prof. Dr. Jayme Ferreira Bueno**

**CURITIBA**

**1997**



## MESTRADO EM EDUCAÇÃO

### ATA DO EXAME DA DISSERTAÇÃO

Dissertação n.º 69

No dia **14 de maio de 1997**, às **09h00min**, reuniu-se a Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores:

MEMBROS DA BANCA	ASSINATURA
Prof. Dr. Jayme Ferreira Bueno	
Prof. Dr. Luis Fernando Boros	
Prof. Dr. Almeri Paulo Finger	

designada para a avaliação da **dissertação** intitulada "O ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO MEIO DE INTEGRAÇÃO ENTRE O 2º E O 3º GRAU NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ do mestrando **HÉLIO JOSÉ PAIVA PEREIRA**, ano de ingresso 1994. do Programa de Pós-Graduação, Nível de Mestrado, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Prof. Dr. Jayme Ferreira Bueno	Conceito: A
Prof. Dr. Luis Fernando Boros	Conceito: A
Prof. Dr. Almeri Paulo Finger	Conceito: A
	Conceito Final: A

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

P.P. Prof. Dr. Peri Mesquida  
Coord. do Curso de Mestrado em Educação

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, de forma especial

À Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR, pela oportunidade de realizar este Curso de Mestrado.

À Universidade Federal do Paraná - UFPR, pela permissão e auxílio na realização deste Curso de Mestrado.

Ao Prof. Dr. Jayme Ferreira Bueno, pela disponibilidade e competência na orientação desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Almeri Paulo Finger, membro da Banca Examinadora pela contribuição a este estudo.

Ao Prof. Dr. Luis Fernando Boros, por sua participação na Banca Examinadora e, pelo apoio prestado.

Aos colegas de turma, pelo convívio e incentivo sempre constantes.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	II
1. INTRODUÇÃO.....	01
1.1. APRESENTAÇÃO.....	01
1.2. HISTÓRICO.....	02
1.3. JUSTIFICATIVA.....	03
1.4. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	03
1.5. PROPOSTA DE SOLUÇÃO.....	04
1.6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	05
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	06
2.1. ESTÁGIO.....	06
2.1.1. CONCEITUAÇÃO.....	06
2.1.2. IMPLANTAÇÃO DE ESTÁGIOS NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA.....	12
2.1.3. IMPLANTAÇÃO DE ESTÁGIOS NA UFPR.....	19
PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO ESTÁGIO.....	21
REGULAMENTAÇÃO DOS ESTÁGIOS NA UFPR.....	25
2.1.4. OS ESTÁGIOS NO CURSO DE ODONTOLOGIA DA UFPR.....	42
3. PROPOSTA DE SOLUÇÃO AO PROBLEMA.....	52
3.1. O ESTÁGIO COMO AGENTE DE INTEGRAÇÃO ENTRE O 2º E O 3º GRAU.....	52
3.2. OBJETIVOS DO PROJETO.....	56
3.3. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.....	58
4. CONCLUSÕES.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	84
ANEXOS.....	93

## RESUMO

Esta dissertação tem como finalidade contribuir para o estudo sobre a política de Estágios na Universidade Federal do Paraná.

Expõe a idéia de que para uma adequada qualificação do aluno é necessário não apenas um treinamento específico para a realização de tarefas, mas uma base de conhecimentos, atitudes e habilidades que podem ser complementadas com a realização de Estágios.

O trabalho enfoca o tema, considerando a escassez de recursos disponíveis na escola pública e o aumento de procura por seus cursos, o que torna necessária a adoção de medidas administrativas e pedagógicas para o aumento da oferta de oportunidades de educação. A integração entre o 2º e o 3º graus por meio de estágios supervisionados é uma dessas medidas.

Essa integração visa não somente a tornar mais racional o êxito no mercado de trabalho, como também à melhoria da qualidade do ensino.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Apresentação

A pesquisa teve como um de seus objetivos criar um modelo de Estágio que integre o Curso de Odontologia da Universidade Federal do Paraná e o Curso Técnico de Prótese Odontológica da Escola Técnica, caracterizando-se desta maneira como um Projeto de Intervenção Organizacional.

Este trabalho, que se originou da pesquisa realizada, está estruturado da seguinte forma:

Na introdução, são apresentados a justificativa, a definição do problema e os objetivos que se pretendem alcançar com o estudo, bem como a metodologia utilizada.

No primeiro capítulo, são descritos os fundamentos teóricos identificados na literatura que se relaciona com a origem dos estágios e sua implantação nas universidades brasileiras e, em especial, os estágios no Curso de Odontologia da UFPR.

No segundo capítulo, é apresentado um projeto de integração entre o 2º e o 3º grau por meio de estágio supervisionado. São enfocados também os objetivos do projeto, adequação curricular dos cursos envolvidos, a metodologia de trabalho e a sistemática de avaliação a ser

utilizada.

Na conclusão, são relacionados os benefícios que a implantação do projeto trará à Universidade Federal do Paraná.

## 1.2. Histórico

Já nos registros da mitologia grega pode-se encontrar a noção de estágio como forma de aprendizagem. Apolo, que, entre outras funções divinas, se ocupava da medicina, designou seu filho Asclépio exclusivamente para esta ocupação. Para isso, não só lhe transmitiu todo seu saber médico, mas o enviou a estagiar no Cáucaso, onde o centauro Kírión lhe complementaria a formação, transmitindo-lhe suas habilidades cirúrgicas e o uso de plantas medicinais.

Assim, Asclépio se tornou o deus da medicina(SALGADO,1993)<sup>30</sup>.

A sabedoria dos gregos permitiu-lhes criar uma civilização que sobreviveu a eles próprios. O traço talvez fundamental dessa civilização consistiu em acumular não só as sabedorias subseqüentes, mas diversas sabedorias alheias.

A Universidade consciente e crítica deve ser capaz de derrubar os muros que a separam de sabedorias alheias, para permitir que seus alunos tenham contato integral com as novidades e diversidades fora de seu próprio recinto, geralmente fechado ao exterior.

### **1.3. Justificativa**

A criação de modelos de ensino visando ao melhor aproveitamento possível dos recursos disponíveis é fundamental para a sobrevivência das instituições de ensino.

O Curso de Odontologia da Universidade Federal do Paraná cumpre sua função social, prestando atendimento odontológico a uma parcela da população que não tem acesso ao sistema privado de atendimento de saúde bucal.

Verifica-se que a cada dia cresce o número de pessoas que a procuram em busca de tratamento de suas doenças e anomalias bucais. Porém, surgiu uma pergunta: essas pessoas que procuram os serviços de Odontologia da instituição são atendidas em suas necessidades ?

Após conversa informal com professores, verificou-se que determinadas disciplinas não atuavam com sua capacidade total de atendimento, fazendo com que o aluno tivesse períodos de ociosidade.

### **1.4. Formulação do Problema**

Considerando o exposto, propôs-se o seguinte problema central:

Quais os motivos que dificultam o acesso dos pacientes ao atendimento em serviços de Prótese Odontológica?

Na especificação do problema, apresentam-se as seguintes questões:

a) Qual o número total de pacientes que procuraram a instituição com o objetivo de realizar tratamento protético?

b) Quantos pacientes realizaram o tratamento necessário?

c) Dentre os pacientes que não realizaram o tratamento protético, qual foi o motivo apresentado?

Ao se referir a tratamento protético, faz-se necessário definir o termo prótese dentária. Para TAMAKI ( 1977 )<sup>52</sup>, a prótese dentária é a ciência que trata da substituição de um ou mais dentes ausentes do arco dental e das partes circunvizinhas por um substituto artificial.

### **1.5. Proposta de Solução**

Com o objetivo principal de facilitar o acesso de uma maior parcela da população ao atendimento odontológico prestado pela Universidade Federal do Paraná, o trabalho propõe um projeto de integração entre o Curso Superior de Odontologia e o Curso Técnico em Prótese Odontológica.

O projeto apresenta como metas:

a) relacionamento entre diferentes níveis de ensino, desenvolvendo a comunicação dentro da instituição, bem como a utilização racional da infra-estrutura já existente;

b) a formação de profissionais de nível técnico e superior mais capacitados para a execução de suas funções, e que possuam uma visão globalizada de sua área de atuação.

## **1.6. Procedimentos Metodológicos**

Para o desenvolvimento do trabalho, adotou-se como metodologia a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica. Para a coleta de dados, utilizou-se o questionário (anexo 9), que foi aplicado no Curso de Aperfeiçoamento em Prótese Dental, promovido pela Associação Brasileira de Odontologia - Secção Paraná.

Os Cirurgiões Dentistas matriculados no curso de Aperfeiçoamento em Prótese prestam atendimento odontológico sob supervisão dos professores do curso.

O questionário aplicado visa a identificar o paciente, saber se foi realizado o tratamento protético e, em caso negativo, qual foi o motivo apresentado.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1. Estágio

#### 2.1.1. Conceituação

Estágio Integrado é o conjunto de atividades curriculares, promovidas pelas instituições de ensino em colaboração com empresas ou instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, realizado em tempo integral, em um período letivo no mínimo, sob condições programadas, com acompanhamento direto da empresa e da instituição de ensino, e que visa a proporcionar ao aluno um complemento à sua formação profissional, pela integração ao sistema produtivo (BRASIL, SEPLAN/ CNPq, 1982)<sup>10</sup>.

O estágio pode ser um caminho para a complementação da formação, pela realização de trabalhos práticos, nas diversas áreas, de forma que essa participação possa ser viabilizada por programas de extensão universitária. Deve interligar o campo de estágio com a escola, na busca direta do aluno e, não ignorando a realidade brasileira, por meio do próprio local de trabalho, para os estudantes que trabalham e buscam aperfeiçoamento no ensino superior (BRASIL, MEC, I.E.L., 1979)<sup>8</sup>.

SALGADO ( 1993 )<sup>46</sup> avalia o costume de instituições de ensino de separar a teoria da prática. Muitas vezes, o estágio serve de pretexto para organizar todo o currículo em aulas teóricas. Assim, a parte prática do curso estaria toda concentrada num estágio final.

O Estágio, como parte do ensino, aparece sempre com destaque na formação profissional e é sempre relacionado à questão da competência técnica. Outras vezes, o Estágio é considerado como trabalho. BURIOLLA (1995)<sup>12</sup> revela um estágio-trabalho de qualidade inferior, não-sério, ou seja, considerado pelas instituições uma obrigação curricular, com o cumprimento da carga horária imposta pelo currículo.

PICONEZ (1994)<sup>40</sup> ressalta o caráter complementar ou mesmo suplementar conferido ao Estágio Supervisionado. Uma teoria colocada no começo dos cursos e uma prática colocada no final deles sob a forma de estágio constituem a maior dicotomia existente entre teoria e prática.

Assim, o conhecimento da realidade escolar por meio do Estágio não tem favorecido reflexões sobre uma prática criativa e transformadora, nem possibilitado a reconstrução ou redefinição de teorias que sustentem o trabalho do professor (PICONEZ,1994).

Para KENSKI ( 1994 )<sup>28</sup>, o Estágio Supervisionado é por si só um desafio. Desenvolvido no final do curso, e muitas vezes desvinculado das atividades praticadas pelos alunos nos semestres anteriores, o Estágio Supervisionado traz em si uma expectativa de apoteose, no

qual todos os problemas e deficiências apresentadas durante o curso têm a última chance de serem pelo menos discutidos.

ALMEIDA (1986)<sup>2</sup>, analisando os riscos desses 'estágios de final de curso', chama a atenção para o conseqüente descomprometimento metodológico e político de todo o curso a que leva esta forma de entender o estágio, transferindo para este a responsabilidade de se referir ao real, enquanto elemento essencial no processo de formação.

KENSKI<sup>28</sup> sugere que o desenvolvimento do estágio precisa ser orientado por procedimentos definidos, que visem ao melhor aproveitamento dos momentos destinados à disciplina.

Assim, para que se possa organizar algo mais construtivo nos momentos do estágio, a primeira preocupação do supervisor deve ser tentar definir claramente, para si mesmo, a sua concepção do profissional a ser formado e que ele tenha definido claramente o tipo de profissional que ele pretende contribuir para formar.

Uma proposta de estágio não deve constituir-se de atividades esparsas, mas, de forma que, a partir da discussão com os estagiários dessa proposta, seja elaborado um projeto, de preferência em conjunto com o pessoal da instituição ou empresa que está ofertando o estágio.

KULCSAR (1994)<sup>32</sup> revela que a Universidade, ao fornecer uma bagagem teórica específica, que exige uma visão crítica da sociedade, parece não conseguir formar um profissional competente, capaz de reoperacionalizar a teoria em relação à prática.

Cita que o Estágio não pode ser encarado como uma tarefa burocrática a ser cumprida formalmente, muitas vezes desvalorizado nas instituições em que os estagiários buscam espaço. Deve, sim, assumir a sua função prática, revisada numa dimensão mais dinâmica, profissional, produtora, de troca de serviços e de possibilidades de abertura para mudanças.

O Estágio Supervisionado é utilizado pela Universidade para conferir aproximação entre a teoria e a prática por ela repassada, podendo ainda auxiliar o aluno a compreender e enfrentar o mundo do trabalho e contribuir para a formação de sua consciência política e social.

PIRES FILHO (1988)<sup>42</sup> afirma que, do ponto de vista técnico, o Estágio serve para complementar a formação de nosso recurso humano abstratamente formado, constituindo a ocasião da aplicação dos conhecimentos teórico-práticos em situação real de vida e de trabalho, em que estão presentes aqueles diferentes aspectos inerentes ao exercício profissional.

ANTONINI (1988)<sup>3</sup> ressalta que o estágio tem uma função fundamental: a integração do ensino, pesquisa e extensão.

SALGADO (1993)<sup>46</sup> acrescenta que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem sido apresentada apenas no organograma das Universidades, evidenciando a incapacidade destas para levá-las ao próprio ato educacional.

O Estágio é a oportunidade para que não só o ensino e o

serviço se confundam, mas para que ocorra a iniciação à pesquisa, fazendo-a também em serviço. Com a pesquisa, o serviço é levado a sair da rotina para o aperfeiçoamento contínuo.

A adoção do termo extensão, para SALGADO (1993)<sup>46</sup>, representa o tributo pago pela escola ocidental às raízes preconceituosas e perniciosas que, desde Aristóteles, contrapõem o 'pensar' e o 'fazer'.

CASTRO (1978)<sup>13</sup> salienta que o Estágio é o momento de síntese da formação teórico-prática e a ponte entre a formação acadêmica e a vida profissional. Sua caracterização principal é ser atividade planejada e sistematizada, na qual o aluno atua como profissional, mas ainda sob supervisão, tanto na Universidade quanto nas instituições ofertantes de Estágio. Esta autora cita, ainda, uma segunda dimensão do Estágio, de caráter avaliativo e informativo, o que exige que seja uma atividade desenvolvida após o cumprimento de todos os demais componentes curriculares.

Espera-se que, tendo o aluno integralizado o perfil acadêmico, seja possível avaliar esse perfil e, a partir dos resultados obtidos, repensar e ajustar os currículos e programas. Assim, caracteriza-se de fato como processo de intercâmbio, pois a Universidade se beneficia, ao mesmo tempo em que contribui de forma imediata, especialmente por que o aluno já é capaz de intervir adequadamente e de ser elemento de divulgação do conhecimento produzido pela Universidade.

O Estágio no contexto atual dos cursos de graduação não tem satisfeito à expectativa de alunos e professores no sentido de

promoverem a articulação entre o conteúdo academicamente adquirido e a prática profissional.

BREJON (1974)<sup>11</sup> também participa desta opinião, afirmando que, hoje, nas Universidades brasileiras, o Estágio a que se submete o aluno chega, em alguns casos, a ser até deprimente, pois se constitui numa atividade normal, sem relacionamento com os objetivos a que se propõe, desligada e vegetativa, efetivada só para constar na ata dos exames finais. Acrescenta, ainda, que o Estágio, na sua atual conformação, não forma no aluno a consciência crítico-científica dos reais problemas da empresa-escola.

COELHO (1986)<sup>15</sup> afirma que é o pensamento positivista, muito difundido entre nós, que nos tem levado a considerar o Estágio como a prática por excelência que viria a coroar todos os estudos anteriores. Após o estudo da teoria, viria a prática, e, por conseguinte, o Estágio. Assim entendido, o Estágio ( a prática ) fica reduzido a uma simples técnica, a uma mera aplicação de princípios, regras e normas aprendidas na teoria.

SCHWAB (1993)<sup>49</sup> salienta que a troca de experiências gerada pelo Estágio deve conduzir o acadêmico ao conhecimento de que só o trabalho realizado em benefício da sociedade deve ser motivo de orgulho.

Para ALMEIDA (1978)<sup>1</sup>, o Estágio visaria a maximizar a formação profissionalizante do estudante, contando com a colaboração do campo profissional existente nas empresas ou instituições privadas ou públicas.

O aluno teria condições de aliar o ensino acadêmico com a atividade prática, e poderia contribuir com suas idéias e técnicas para uma maior integração da Universidade com a comunidade.

Como conseqüência, a Universidade receberia informação e retroalimentação para os reajustes curriculares, corrigindo as distorções observadas na formação dos profissionais, tendo em vista as exigências do desenvolvimento socio-econômico e cultural do país (Almeida,1978).

ALMEIDA (1978)<sup>1</sup>, citando Marilena Chaui, assim se pronuncia: "a prática então não é ação propriamente dita, pois não inventa, não cria, não introduz situações novas que suscitem o esforço do pensamento para compreendê-las".

### **2.1.2. Implantação de Estágios na Universidade Brasileira**

O tipo de Estágio que até hoje vigora nas escolas brasileiras foi implantado desde o começo do século nos Estados Unidos, isto porque se chegou à conclusão de que determinadas profissões não poderiam ser ensinadas somente nas instituições universitárias, tornando necessária, paralelamente ao ensino teórico, uma experiência prática que assegurasse sua perfeita compreensão (ENTRES.1992)<sup>21</sup>.

No Brasil, somente com a lei n°5692, de 1971, que implantou a reforma educacional no 1° e 2° graus, o ensino adquiriu maior vinculação com a política global de formação de recursos humanos (NAGLE 1976)<sup>38</sup>.

O 1º Plano Setorial de Educação e Cultura - 1971/74 apresenta entre os instrumentos de execução da política educacional a reformulação do ensino médio, de modo a poder construir o primeiro nível de profissionalização do ensino, a consolidação da reforma universitária, com o objetivo de integrá-la no processo de desenvolvimento, e a implantação de mecanismos eficazes para a integração escola-empresa-governo (BRASIL: MEC, 1971)<sup>6</sup>.

Visando a salientar a colaboração mútua entre os organismos empresariais e as entidades educacionais para a formação profissional dos estudantes, o Ministério da Educação criou o Projeto 16-Integração Escola-Empresa-Governo. A formulação do projeto foi feita com a participação do Instituto Evaldo Lodi - IEL, em âmbito nacional, formalizado pelo convênio firmado com o MEC, em dezembro de 1972. Posteriormente, os convênios foram firmados entre o MEC e os IEL sediados nas cidades onde os programas foram implantados. Segundo ENTRES (1992)<sup>21</sup>, a participação do Instituto Evaldo Lodi é muito importante, pois permite a liberação rápida dos recursos sem a tramitação burocrática e demorada da Instituição de Ensino, além da ligação direta do Instituto com as empresas, facilitando a integração Empresa-Escola, e agilizando o desenvolvimento do programa.

Primeiramente, três Centros Universitários foram escolhidos como experiências-piloto: o Centro de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos (agosto 1973), o Centro de Ciência e Tecnologia

da Universidade Federal da Paraíba (agosto 1973) e o Centro de Tecnologia da Universidade de Santa Catarina (agosto 1974). Em 1975, o programa foi estendido à Engenharia Química e foi escolhida a Universidade Federal do Paraná. Assim, em setembro de 1975, pela resolução n°26/75, foi aprovada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa a implantação da disciplina única e obrigatória, com a denominação de Estágio Obrigatório Supervisionado/Integrado.

O 2° Plano Nacional de Desenvolvimento 1975/7 (BRASIL, 1975)<sup>7</sup> acentua os aspectos sociais do desenvolvimento, em oposição à ênfase dada pelo 1° PND aos aspectos econômicos.

Em 1975, o MEC publicou as recomendações que devem ser seguidas para a implantação e desenvolvimento do programa para a política de expansão dos cursos integrados. Nessas recomendações consta a reformulação de procedimentos que se pretende introduzir e que deverá permitir ao professor, na área profissionalizante, permanecer sempre em contato com a realidade profissional, obrigando-o a um ensino objetivo, pois terá que colaborar com o aluno na elaboração do plano de atividades, acompanhá-lo e avaliá-lo (BRASIL, SEPLAN/CNPq, 1982)<sup>10</sup>.

Ainda neste ano de 1975, a lei n° 6.297 dispõe sobre a dedução de lucro tributável, para fins de imposto sobre a renda de pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional previamente aprovadas pelo Ministério do Trabalho. Estas deduções não deverão exceder, em cada exercício, a 10% do lucro tributável.

A lei nº 6.494, de dezembro de 1977, vem esclarecer quem pode ser estagiário e quem pode ofertar o Estágio. Os alunos regularmente matriculados e que venham freqüentando regularmente cursos vinculados à estrutura do ensino público e particular, nos níveis superior, profissionalizante de 2º grau e supletivo, podem ser aceitos como estagiários. A parte concedente do Estágio deve ter condições de propiciar experiência prática na linha de formação, sendo um treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano (BRASIL, MEC, I.E.L., 1979)<sup>8</sup>.

A Lei 6.494 contribuiu para que o estágio viesse a receber maior atenção das Instituições e das empresas e tornou mais difícil a utilização do estagiário como suprimento de mão-de-obra a baixo custo.

Segundo SOUZA (1976)<sup>51</sup>, a Universidade ainda não se ligou suficientemente às realidades ambientais. Essa integração com o meio, que ela pretende conseguir por meio do compromisso com a política global de formação de recursos humanos, resulta num interesse cada vez maior com relação ao papel do Estágio. Isso se dá tanto pela complementação da habilitação profissional, como pela melhoria dos padrões de ensino mediante as informações que o Estágio pode fornecer à Universidade. Para realizar essas funções, seria necessário que o Estágio, como subsistema de ensino, estivesse intimamente associado ao curso em função do qual é realizado, devendo ser planejado como parte do processo ensino-aprendizagem (ALMEIDA,

1978)<sup>1</sup>.

O Decreto nº 87.497/82 dispõe sobre o estágio de estudantes de nível superior e define o estágio curricular como procedimento didático-pedagógico, atividade de exclusiva competência das instituições de ensino, às quais cabe a decisão sobre as questões relacionadas a esse estágio.

SCAVAZZA (1987)<sup>48</sup> acrescenta que este decreto possibilitou a autonomia das instituições de ensino no que diz respeito à caracterização e definição dos campos de Estágio.

Por que esse interesse pelo Estágio? Qual a razão dessa supervalorização?

Segundo PINTO (1988)<sup>41</sup>, podemos visualizar como sendo uma saudável preocupação em promover uma maior aproximação entre a Universidade, geralmente vista como teórica, acadêmica, fechada em seus muros, e a realidade social e profissional, na qual os cursos se inserem. Esta situação também pode ser tal, que na supervalorização do Estágio se confirmaria a manutenção de uma ruptura real entre Universidade e seu contexto, entre o curso e a profissão, entre o acadêmico e o mundo do trabalho.

Se, por um lado, tal disposição legal pode ser vista como um avanço na definição da atividade de estágio por não reforçar o caráter complementar expresso na lei que o regulamenta, por outro lado, apresenta novos ângulos e dificuldades. Ao conferir a exclusiva responsabilidade de coordenação dos estágios às instituições de ensino,

alija do processo a comunidade e as pessoas jurídicas de direito público e privado a que se refere. Relega a estas a passividade de se verem usadas como meio em que serão desenvolvidas tais atividades. Favorece o descompromisso da instituição formadora e dos estagiários que, tendo satisfeitas suas necessidades de local para estagiar, nada mais ficam a dever àquelas, quando muito, uma correspondência de agradecimento.

Segundo BURIOLLA (1995)<sup>12</sup>, percebe-se que esta legislação existente sobre o Estágio, tanto geral como específica, confere, na sua execução, um caráter de proteção e de formação prática ao aluno. Ou seja, intenciona-se um estágio que permita ao aluno o preparo efetivo para o agir profissional: a possibilidade de um campo de experiência, a vivência de uma situação social concreta supervisionada por um profissional assistente competente, que lhe permitirá uma revisão constante desta vivência e o questionamento de seus conhecimentos e habilidades.

KUENZER (1988)<sup>30</sup> reforça esta posição, citando que a Universidade ou a escola de 2º grau ensina o trabalho, ensinando uma teoria sem prática. O aluno não dá conta de enfrentar as questões da prática, por uma série de razões que vão desde a organização curricular até a precariedade das condições de instalações e equipamentos da escola, passando também pela questão de que muitos de nós somos professores e não profissionais da área (Comissão de Estudos sobre Estágios na UFPR, 1988)<sup>61</sup>.

Ainda no ano de 1982, o Ministério da Educação e Cultura propôs em seu "Projeto Apoio ao Desenvolvimento das Atividades de Estágio Curricular" imprimir ao ensino superior um maior compromisso com a realidade nacional, buscando indicar caminhos, antecipando fatos e fenômenos, enfim, formando profissionais capazes de atender às necessidades do país (MEC/SESU, 1982)<sup>10</sup>. Este projeto parte do princípio de que o Estágio Curricular é uma atividade permanente que deve processar-se de forma dinâmica, qualificando os estagiários técnica e profissionalmente para a vida comunitária.

Seguindo esta diretriz, a partir de 1986, por iniciativa do MEC, iniciou-se a realização de seminários regionais sediados nas Universidades Federais. Estes encontros fizeram surgir as Comissões de Estágio, que tinham como meta prioritária uma discussão do Estágio numa visão contextual mais ampla, em que os aspectos organizacionais e conceituais estejam vinculados a uma política que explicita o compromisso das instituições de ensino superior perante a sociedade (UFPR, 1993)<sup>64</sup>.

Dentre os Encontros realizados em 1989, salientamos o IV Encontro Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador. Este Encontro declara que a questão dos estágios está relacionada com a necessidade de superar a dicotomia teoria-prática pedagógica na formação do educador, e que a relação deve ser trabalhada ao longo do curso, permeando as diferentes disciplinas. Refere-se ainda à carga horária dos estágios, que deve fazer parte do horário do aluno e

contar na carga horária total do curso. Em relação aos docentes responsáveis pelo estágio supervisionado, estes devem ser profissionais da área específica, com formação pedagógica e experiência nos diversos graus de ensino.

### **2.1.3. Implantação dos Estágios na UFPR**

A partir de 1.986, em atendimento à solicitação do Ministério da Educação, a Universidade Federal do Paraná, por intermédio da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e da Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa, em reunião com os Coordenadores de Curso, lançou a idéia de estudar amplamente os Estágios na instituição (UFPR, 1990)<sup>62</sup>.

Inicialmente, formou-se um grupo de coordenadores que periodicamente se reunia, levantando bibliografia, desenvolvendo estudos e buscando envolver outros coordenadores nas questões relacionadas ao estágio. Visando a estabelecer uma política para os Estágios dentro da UFPR, foi constituída pela Portaria n° 1449/87, uma Comissão para o desenvolvimento de trabalhos, ampliando os debates e aumentando o número de professores envolvidos.

Esta Comissão procurou, inicialmente, estabelecer a realidade dos Estágios na UFPR, e, nesse ano de 1987, foi realizada uma pesquisa elaborando dois instrumentos de coleta de dados. Um deles foi aplicado junto a 250 estagiários, sendo devolvidos 181 questionários, o que corresponde a 72,4 % - equivalente a 10 % dos alunos

matriculados no 2º semestre de 1987. O outro foi aplicado a 192 professores, supervisores de estágio e coordenadores de curso e de estágios, em atividade naquele semestre. Foram devolvidos 129, o que corresponde a 67,18% (UFPR, 1990)<sup>62</sup>.

A análise e interpretação dos dados permitiram estabelecer o significado do estágio na formação do aluno, tanto na visão do próprio aluno como na dos professores. Para os alunos, o Estágio supervisionado é sumamente importante para sua formação profissional, quer seja na sua iniciação profissional por representar a primeira, e muitas vezes a única, oportunidade de contato com o contexto real de trabalho, quer seja no sentido de aplicar a teoria aprendida na Universidade. Na concepção da maioria dos professores, o Estágio é o momento da aplicação dos conceitos recebidos, entendendo assim que o mesmo favorece a interação teoria-prática e a aproximação com a realidade (UFPR, 1993)<sup>64</sup>.

Em maio de 1988, a Comissão organizou o painel "A Formação Profissional em Debate: Os Estágios Profissionalizantes", objetivando discutir os estágios numa visão contextual mais ampla e, assim, obter subsídios para a definição de uma política que explicitasse o compromisso da instituição de ensino perante a sociedade.

Com o objetivo de desencadear um processo de discussão em torno da melhoria da qualidade da formação teórico-prática do profissional de ensino, foi realizado em junho de 1988 um Seminário que contou com a presença da professora LÍLIAN ANNA WACHOVICZ.<sup>68</sup>

Ainda nesse mês de junho, realizou-se um seminário com os coordenadores de curso, quando a professora ACÁCIA ZENEIDA KUENZER (1988)<sup>30</sup>, proferiu palestra sobre o tema: "Educação e Trabalho: relação teórico-prática", em que ela relaciona aspectos relevantes para a definição de uma política de estágio: como e onde se aprende o trabalho; a divisão social e técnica do trabalho em nossa sociedade; a defasagem entre o aprendido na escola e a realidade de trabalho; a necessidade de a escola propiciar uma teoria de boa qualidade, articulada com o processo produtivo comprometido com o processo social mais amplo ( UFPR, 1990)<sup>62</sup>.

### **Princípios Orientadores do Estágio**

Em um documento entregue aos Coordenadores de Curso ainda em junho de 1988, intitulado " Subsídios para a Discussão dos Princípios Orientadores de uma Política de Estágios na UFPR", formularam-se princípios que vieram a nortear a política de estágio a ser desenvolvida na Instituição.

Segundo a Coordenação Geral de Estágios da UFPR, seis seriam os princípios orientadores de estágios:

#### **1º) O Estágio e a formação profissional**

Entende-se que a presença dos estágios se faz premente em todos os cursos em nível curricular obrigatório ou opcional, devendo ser o

resultado da relação entre teoria e prática já existente durante o curso e que se configura como uma experiência a ser realizada antes de ingressar na vida profissional (UFPR, 1995)<sup>65</sup>.

Segundo o Regulamento dos Estágios da Universidade Federal de Mato Grosso, estes deverão envolver dois aspectos indissociáveis: a competência técnico-científica, que se resume nos conhecimentos teórico - práticos em nível de fundamentação técnico-científica e de aplicação; e o compromisso profissional, despertando no aluno o aspecto de formação da consciência como cidadão no contexto das relações sociais.

## **2º) O Estágio no contexto metodológico do curso**

Pode configurar-se como uma disciplina do currículo desenvolvida durante o final do curso, ou como uma atividade integrante do desenvolvimento metodológico de uma ou mais disciplinas, ou ainda como parte da formação profissional enquanto atividade complementar, não tendo caráter obrigatório (UFPR, 1995)<sup>65</sup>.

Implicará um período de permanência no exercício prático de uma profissão por meio de disciplina do currículo profissionalizante, sendo realizado sempre em ambiente real de trabalho, com envolvimento dos aspectos humanos, sociais e técnicos próprios da profissão (REGULAMENTO GERAL DOS ESTÁGIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, 1986)<sup>60</sup>.

Possuindo o Estágio um caráter eminentemente pedagógico, deve

integrar o processo curricular do aluno e, por consequência, ser obrigatoriamente supervisionado (PUC-SP, 1987)<sup>45</sup>.

### **3º) O Estágio e a Extensão**

O Estágio como forma de ensino terá caráter extensionista, na medida em que a realidade seja considerada a fonte definidora das ações e a beneficiária das mesmas, assegurando por um lado o respeito aos compromissos com a melhoria das condições sociais e, por outro, significando uma contribuição à Universidade (UFPR, E.E.E.-1993)<sup>64</sup>.

MOLINARI (1987)<sup>37</sup> entende que a integração da extensão universitária com o Estágio curricular se processará tanto mais naturalmente quanto mais apurado for o conceito de extensão e mais dinâmica a prática do Estágio curricular.

Enquanto prática de extensão, o Estágio constitui a atividade-meio, pela qual a Universidade firma seu compromisso com a comunidade e busca alcançar, pela articulação do ensino e da pesquisa, real modificação de comportamento nas pessoas envolvidas no processo.

### **4º) O Estágio e a Pesquisa**

O Estágio como forma de ensino terá caráter de pesquisa quando o seu desenvolvimento dentro da área específica da profissão levar à produção de conhecimento que represente uma contribuição efetiva para a empresa ou comunidade e para a Universidade (UFPR, 1995)<sup>65</sup>.

Segundo a Universidade Federal de Mato Grosso, o estágio também terá caráter de pesquisa quando a atividade do estagiário integrar um projeto de pesquisa da instituição, desde que esta seja afim à área de sua profissionalização.

#### **5º) O Estágio como retroalimentação curricular**

O Estágio, como oportunidade de questionamento de posições teóricas quanto à prática profissional em suas relações com a sociedade, proporcionará revisão e renovação dos currículos (UFMT,1986)<sup>60</sup>.

Este exercício de inserção e distanciamento proporcionará a vivência de situações que permitam aplicar conteúdos e avaliar o domínio dos mesmos, pela ação reflexiva. Favorecendo a retomada de aspectos ainda não totalmente dominados, o estagiário poderá confrontar as condições concretas do exercício profissional com a sua formação acadêmica (UFPR,1995)<sup>65</sup>.

#### **6º) O Estágio como elemento de aproximação entre a instituição de ensino e a empresa ou comunidade**

O Estágio, servindo de elemento de aproximação entre a Universidade e a Empresa ou Comunidade, favorece a participação do mundo do trabalho no processo de formação acadêmica.

Neste sentido, a Universidade deve organizar seus próprios mecanismos de agenciamento de estágio e buscar uma maior aproximação junto às unidades concedentes de estágio (UFPR,1993)<sup>64</sup>.

Embora não seja considerado elemento determinante na formação profissional, o Estágio, segundo PADILHA (1984)<sup>39</sup>, pode ser fundamental para esta formação, quando fizer parte do exercício prático de um curso em que se veiculam, conforme visto acima, os conhecimentos teórico-práticos, numa relação de unidade em que, por vezes, a teoria funciona como orientação para a prática, e esta, por sua vez, concretizando a teoria, permite a sua revisão e seu avanço.

### **Regulamentação dos Estágios na UFPR**

A Universidade Federal do Paraná, por intermédio da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e da Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa, vem construindo seu próprio programa de gestão universitária, procurando desenvolver com competência crescente as funções básicas da Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Nesta perspectiva, a formação de profissionais capazes de intervir e transformar a realidade social representa uma meta na qual se insere a questão dos Estágios.

Segundo FERREIRA ( em UFPR,1993 )<sup>64</sup>, desde maio de 1990, os Estágios Supervisionados estão regulamentados em todos os cursos de graduação da UFPR. A concretização desta iniciativa tem possibilitado, tanto pelo diálogo interno, quanto pela troca de experiências com as demais Instituições de Ensino Superior,

desenvolver idéias e enfrentar os desafios inerentes a esse campo de atuação educacional ( UFPR, A Política de Estágios: 2º ed.1993)<sup>64</sup>.

Tendo em vista as perspectivas abertas pelo Estágio na melhoria da qualidade de ensino, verificamos que ainda há muito a fazer, muitas idéias ainda devem surgir, muitas ações devem concretizar-se.

No início de 1988 foram estabelecidos os princípios orientadores do estágio, e, após, elaborou-se o Anteprojeto de Resolução para os estágios na UFPR. Após discussão com os Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e de Ensino e Pesquisa, o Anteprojeto foi distribuído aos coordenadores de curso e chefes de departamento, aos quais foi solicitada análise nos seus respectivos Colegiados.

Com o intuito de subsidiar as discussões, a Comissão promoveu reuniões setoriais em outubro de 1988, envolvendo todos os Coordenadores de Curso. Foram recebidas sugestões de diversos cursos e departamentos, com várias delas incorporadas ao Anteprojeto, que foi encaminhado para o Conselho de Ensino e pesquisa em dezembro de 1988. Durante o ano de 1989, a Comissão foi solicitada para discutir o Anteprojeto no Conselho de Ensino e Pesquisa. Em 25 de maio de 1990, foi aprovada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa a Resolução 19/90, que dispõe sobre os estágios na Universidade Federal do Paraná (fonte: relato prof. Evaldo Antônio Montiani Ferreira, Coordenador Geral de Estágios, A Política de Estágios na UFPR, 2º Ed. PROGRAD, 1995)<sup>61</sup>.

A Resolução que normatiza os Estágios na UFPR é dividida em seis tópicos:

**1º) Da Natureza dos Estágios.**

Art. 1º - " Consistem os estágios na Universidade Federal do Paraná em :

Atividade curricular de base eminentemente pedagógica cujo propósito pode ser assim considerado:

I - desenvolvimento da interdisciplinariedade, realizada sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino, nos termos da legislação vigente;

II - experiência acadêmico-profissional orientada para a competência técnico-científica e para a atuação no trabalho dentro do contexto de relações sociais diagnosticadas e conhecidas;

III - oportunidade de questionamento, reavaliação e reestruturação curricular;

IV - oportunidade para relacionar dinamicamente teorias e práticas desenvolvidas ao longo das atividades de ensino.

Atividade curricular de caráter integrador para promover:

I - enriquecimento das destinações da Universidade Federal do Paraná (pesquisa, ensino e extensão) em perfeita coesão, tanto com as necessidades da comunidade próxima, como da vida nacional;

II - vivência profissional, em ambiente genuíno de trabalho na

comunidade próxima."

Vemos nessas seções um avanço na filosofia da Universidade em relação ao Estágio, uma vez que procura responder melhor ao anseio do aluno e ao que a comunidade espera de sua atuação.

As Diretrizes Gerais de Estágio na Universidade de Caxias do Sul acrescentam que o Estágio deve proporcionar o assumir de uma postura profissional condizente com a ética, com os limites e com as possibilidades individuais, do campo e da Instituição. Este procedimento deve estimular o aluno a assumir mais intensamente o papel de agente do seu processo ensino/aprendizagem (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, 1989)<sup>55</sup>.

VASQUES (1977)<sup>67</sup> acrescenta que só artificialmente, por um processo de abstração, podemos separar, isolar, uma da outra, teoria e prática, e vice-versa.

## **2º) Dos Estágios**

Art. 2º - "Os cursos de graduação da Universidade Federal do Paraná deverão oferecer como parte de suas estruturas curriculares ao menos um estágio supervisionado, de caráter obrigatório, com duração mínima de um período letivo, com carga horária determinada pelo colegiado do curso".

Este artigo faz referência a casos em que o estágio pode ser

realizado de maneira concentrada, sem deixar de observar a duração mínima correspondente a um período letivo. Refere-se ainda, que, sendo o estágio previsto em currículo, precisa ser considerado pelos estudantes como atividade a exigir matrícula e respeito aos pré-requisitos estabelecidos nos currículos plenos em vigor.

CASTRO (em UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO, 1985)<sup>58</sup>, refuta essa linha de ação, pois, segundo ele, o Estágio é uma atividade didático-pedagógica integrante dos currículos com objetivos específicos definidos pelas exigências dos perfis acadêmicos, e sua realização é determinada pela vocação de cada curso. A Universidade Federal de Pernambuco possui 46 cursos de graduação e, desses, somente 25 cursos exigem a realização de Estágio para integralização do perfil acadêmico.

Seguindo a recomendação da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores (CONARCFE), o Estágio supervisionado aponta para a integração da teoria e prática como um dos eixos nucleares do curso e, portanto, deve ter espaço no interior da carga horária total dos cursos (PICONEZ, 1994)<sup>40</sup>.

Art.4º- "A Universidade Federal do Paraná coordenará as atividades de estágios curriculares, de caráter obrigatório, estendendo sua ação aos chamados estágios não obrigatórios, quando voluntariamente realizados pelos estudantes, para complementação de sua formação acadêmico-profissional, desde que não causem prejuízo à integralização de seus currículos plenos".

Neste artigo, a Universidade se reserva o direito de coordenar as atividades de Estágio, possibilitando um melhor controle de seu desenvolvimento e controlando se suas finalidades principais estão sendo observadas.

BURIOLLA (1995)<sup>12</sup> afirma que muitas das instituições ofertantes de Estágio não oferecem condições mínimas. Em muitos Estágios, a prática profissional é desvirtuada ou inexpressiva, podendo haver desinformação e desintegração entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, e estes não assumem realmente o Estágio com todas as suas implicações. Isto faz com que supervisor e supervisionado se sintam explorados e usados como mão-de-obra barata.

### **3º) Do campo de Estágio**

A Universidade Federal do Paraná entende como campo de Estágio as suas próprias unidades de serviço, entidades de direito privado, os órgãos de administração pública, as instituições de ensino e a comunidade em geral.

Devem os campos de Estágios apresentar condições para planejamento e execução conjunta das atividades de Estágio. Devem, ainda, permitir avaliação e aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos de campo específico de trabalho. Somente desta maneira o estudante obtém vivência efetiva de situações concretas de

vida e trabalho dentro de um campo profissional.

Segundo o Art. 6º dessa mesma Resolução: " Nos entendimentos para estabelecimento de campos de estágio serão considerados, pela Universidade Federal do Paraná, em relação à entidade ofertante de campo de estágio:

I - existência de infra-estrutura material e de recursos humanos;

II - aceitação das condições de supervisão e avaliação da Universidade Federal do Paraná;

III - anuência e acatamento às normas disciplinares dos estágios supervisionados da Universidade;

IV - proposição de termos de organização do estágio de modo a poder ser convertido em formulação legal, onde se resguardem, entre outros, a cobertura de seguro acidente e a aceitação tácita da supervisão do estágio pela Universidade;

V - lavratura de Termo de Compromisso de Estágio, conforme legislação vigente".

Em seu único parágrafo, este artigo fixa os prazos de validade para o instrumento legal firmado entre a Universidade e a entidade concedente do Estágio, que é de dois a cinco anos, com a possibilidade de revalidação.

O estagiário, profissional em formação, precisa sentir-se comprometido com o seu meio, considerando que é nesse meio, a partir dele e para ele, que realiza sua formação. A dimensão deste compromisso só será plenamente percebida se o sistema formador o

tiver também assumido e lhe der condição de executar seu papel.

#### **4º) Da Supervisão e da Avaliação dos Estágios**

Segundo o Art. 7º desta Resolução: " a supervisão dos estágios deve ser entendida como assessoria dada ao aluno no decorrer de sua prática profissional, por docentes e por profissionais do campo de estágio, acreditados pelo professor-supervisor, de forma a proporcionar ao estagiário o pleno desempenho de ações, princípios e valores inerentes à realidade da profissão em que se processa a vivência prática".

Segundo COIMBRA (1986)<sup>16</sup>, o trabalho de supervisão de Estágio é compreendido não somente como estando o supervisor no lugar daquele que dá conhecimentos, técnicas e faz refletir sobre prática, mas também como aquele que, estando implicado, joga seus próprios desejos e se vê revendo-se constantemente como parte deste processo.

PIRES FILHO (1988)<sup>42</sup> salienta que trabalhar com a preparação de recursos humanos para a saúde exige dos educadores, antes de mais nada, um posicionamento político sobre o papel que esses recursos humanos devem cumprir neste quadro, que comporta a também deficiente estrutura de prestação de serviços em nosso país. Segundo esse autor, " nossa atual prática de saúde, evidentemente, está a serviço da classe dominante nacional, serve a interesses

internacionais, situação fartamente denunciada pela imprensa e sentida pela maioria da população".

Segundo a Resolução nº 22/88 do Conselho de Ensino e Pesquisa, a supervisão do Estágio é considerada atividade de ensino, e, como tal, deve constar dos planos departamentais e dos planos individuais dos professores envolvidos. Esta resolução define os departamentos como responsáveis pela composição de turmas, números de estagiários por classe, carga horária da supervisão dos Estágios, devendo levar em consideração suas especificidades, de forma a salvaguardar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

TOLEDO ( Apud BURIOLLA, 1995)<sup>12</sup> salienta a importância de deixar claro o conteúdo, de definir-se o objeto da supervisão. À medida que o conteúdo da supervisão é distingüido e está evidente para o aluno, este se sentirá situado, amparado e confiante. Assim, o processo da supervisão fluirá com mais tranqüilidade.

O Art. 9º estabelece que a supervisão do Estágio dar-se-á de conformidade com as seguintes modalidades: supervisão direta, semi-direta e indireta. A supervisão direta é o acompanhamento e orientação do planejado por observação contínua e direta das atividades ocorrentes nos campos de estágio ao longo de todo o processo, podendo se complementar com entrevistas e reuniões. Na supervisão semi-direta ocorre o acompanhamento e orientação do planejado por meio de visitas sistemáticas ao campo do estágio pelo professor supervisor, que manterá também contatos com o profissional

responsável pelo estagiário, além do complemento de entrevistas e reuniões com os estudantes.

Na terceira modalidade, a indireta, o acompanhamento é feito por meio de relatórios, reuniões, visitas ocasionais ao campo de estágio, onde se processarão contatos e reuniões com o profissional responsável.

Quando da realização do plano de estágio pelo professor supervisor, este deve detalhar a forma de supervisão adotada, objetivando a salvaguarda na especificidade do curso em cada situação do Estágio.

Poderão ser supervisores de estágio os docentes da Universidade Federal do Paraná, respeitadas sua área de formação e experiência profissional, de um lado, e, do outro lado, o campo de trabalho em que se realiza o Estágio. Salienta-se, ainda, a necessidade de os professores supervisores estabelecerem no regulamento do Estágio suas atribuições como supervisores. Devem também relacionar no conteúdo do Estágio seus objetivos, metodologia, direitos e deveres dos estagiários e critérios e modos de atribuição de menções.

Segundo o Art. 11º dessa mesma Resolução: "A avaliação dos estágios é parte integrante da dinâmica do processo de acompanhamento, controle e avaliação institucional extensível a todo o processo de ensino." Em parágrafo único, este artigo ressalta que a avaliação dos estágios deve prover informações e dados para a realimentação dos currículos plenos dos respectivos cursos, tendo

por enfoque a busca de mecanismos e meios de aprimorar a qualidade do ensino ofertado.

A Resolução da Universidade de Caxias do Sul salienta que esta avaliação será realizada de forma contínua, sistemática e cooperativa, durante o desenvolvimento de todo o estágio, e envolverá a análise da competência técnico-científica e do compromisso social. A avaliação dos estagiários será feita pelo professor-supervisor, de forma sistemática e contínua, com a colaboração dos profissionais supervisores do campo do Estágio, com os resultados de auto-avaliação dos alunos e também, quando for o caso, com as opiniões dos membros da comunidade envolvidos no processo.

Segundo SALGADO (1993)<sup>46</sup>, avaliar um estagiário por meio de prova de múltipla escolha é uma aberração, que, além de não avaliar nada, reprova o avaliador.

### **5º) Da Administração**

O Art. 13º dessa mesma Resolução estabelece: "A organização acadêmica dos estágios (obrigatório e não obrigatório) da Universidade estará afeta aos professores de práticas profissionais supervisionadas (estágios)".

Estes professores devem estar em contato contínuo com os estudantes e devem ter sensibilidade suficiente para determinar as

especificidades de sua área profissional, conduzindo os estágios nesta direção.

Caberá aos Colegiados de Curso a responsabilidade sobre a organização administrativa dos Estágios, contando com as ações diretas dos departamentos envolvidos em nível de Setor e contando com o apoio da Coordenação Geral dos Estágios em nível institucional. Além de homologar regulamentação específica para os Estágios obrigatórios e não obrigatórios que foi elaborada pelos professores-supervisores e aprovada pelos departamentos, é de responsabilidade dos Colegiados de Curso coordenar a execução e o desenvolvimento dos Estágios supervisionados em andamento.

Art.16° -" Cada Colegiado de Curso contará com uma Comissão Orientadora de Estágio".

Esta Comissão será composta por professores indicados pelos departamentos, de conformidade com os departamentos responsáveis pelo curso a que se refere, com mandatos variáveis de um a dois anos, de acordo com o que for fixado pelo Colegiado de Curso. Este artigo salienta que as atividades dos membros das Comissões Orientadoras de Estágio devem constar tanto dos planos departamentais como dos planos individuais de trabalho dos professores, sem que se configure dispensa das atividades regulares de ensino do departamento.

A Universidade de Juiz de Fora conta com uma Comissão Orientadora de Estágios em cada curso, que é constituída pelos professores responsáveis pelos estágios (UJF, 1987)<sup>57</sup>.

O Artigo 17 estabelece que compete à Comissão Orientadora de Estágio:

I - planejar, executar e avaliar as atividades referentes aos estágios (obrigatórios e não obrigatórios), de conformidade com os planos didáticos dos professores-supervisores, de forma a envolver os estagiários e profissionais do campo para a garantia do cumprimento das diretrizes gerais do estágio na UFPR;

II - representar-se junto ao Colegiado de Curso, a fim de articular a definição de políticas de desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do estágio junto ao curso;

III- contatar com as instituições concedentes de estágio para análise de condições do campo e das informações quanto à celebração de convênios, quando necessários, e/ou celebração de Acordos de Cooperação específicos ao curso que lhe seja afeto;

IV - manter fluxo de informações relativas ao acompanhamento e desenvolvimento dos estágios em processo, bem como assegurar a socialização de informações junto às Coordenações de Curso e ao Campo de Estágio;

V - compatibilizar os planos didáticos dos estágios, elaborados pelos professores-supervisores e aprovados nos departamentos, remetendo o resultado deste trabalho ao Colegiado de Curso para aprovação, que por sua vez o encaminhará à Coordenação Geral de Estágios".

A Universidade Federal do Paraná terá uma Coordenação Geral de

Estágios vinculada à Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa. Indica-se que a criação da Coordenação Geral de Estágios se dará pela transformação de órgão já existente na estrutura organizacional da UFPR, e não pela criação de mais um órgão.

Segundo o relatório do 1º ENSEC, Encontro Nacional sobre Estágio Curricular, realizado em setembro de 1987, se não houver um órgão que cuide dos Estágios e trabalhe no sentido de divulgá-lo a partir da proposta curricular, para muitos esse momento da vida acadêmica corre o risco de ser visto como uma obrigatoriedade curricular, e, então, pedagogicamente se esvazia.

A Coordenação Geral de Estágios disporá de um Colegiado, composto por um representante de cada Setor, indicado pelos respectivos Conselhos Setoriais, dentre os componentes das Comissões Orientadoras de Estágio, ouvidos os Departamentos que ofertam Estágios, e uma representação discente (composta por dois membros titulares e dois suplentes), reunindo-se, pelo menos duas vezes no período letivo. Estabelece-se que os membros do Colegiado/Coordenação Geral de Estágios terão mandato de dois anos, sendo permitida a recondução. Sobre a representação discente, será indicada pelo Diretório Central de Estudantes dentre alunos estagiários ou ex-estagiários ainda com vínculo com a UFPR. A Coordenação Geral de Estágios terá um Coordenador nomeado pelo Reitor.

Na Universidade de Brasília, a coordenação dos Estágios

curriculares caberá a uma Coordenadoria inserida no Centro de Acompanhamento e Desenvolvimento Educacional e constituir-se-á de representantes dos Decanatos de Ensino de Graduação, Extensão e de Pesquisa e Pós-Graduação(Un.BRASÍLIA.-1987)<sup>54</sup>.

Segundo CORTÉS (1993)<sup>18</sup>, esta intencionalidade em se reunir docentes representantes dos chamados núcleo comum e núcleo profissionalizante ajuda a reforçar a concepção, a partir da qual o estágio não é uma questão que diz respeito unicamente às disciplinas profissionalizantes.

Segundo o Artigo 21 da mesma Resolução, compete à Coordenação Geral de Estágios:

- "I - coordenar as atividades de estágio dos cursos da UFPR junto aos órgãos internos e externos à Universidade;
- II - desenvolver dinâmica de cadastramento de campos de Estágio já existentes e de que se venham a agenciar, de forma a facilitar a celebração de convênios e a socialização dessas informações na comunidade acadêmica, de conformidade com as Comissões Orientadoras de Estágio e os agentes integradores de campo de estágio;
- III - estimular o exercício da competência técnica e o compromisso com a realidade cultural sócio-econômica do país;
- IV - manter vigilância com relação aos aspectos legais dos convênios;
- V - promover o intercâmbio e troca de experiência entre os

diferentes campos de estágio, pela promoção periódica de fórum de debates;

VI - divulgar de forma ampla as experiências de estágio, a partir de seminários, publicações e outros meios julgados apropriados pelo Colegiado;

VII - intermediar o encaminhamento de pareceres emitidos pelos Colegiados de Curso, no que tange à inclusão de estágios não obrigatórios nos históricos escolares, ao Departamento de Assuntos Acadêmicos".

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em seu caderno Política de Estágios para a PUC<sup>45</sup>, ressalta que, para melhorar a qualidade dos Estágios, deve-se atentar para uma captação de maior número de vagas em um número menor de entidades, facilitando o acompanhamento pelas unidades acadêmicas e, ainda, captação de recursos adicionais para a instituição por meio de prestação de serviços e de projetos que incorporem a ação dos estagiários.

#### **6º) Das disposições Gerais**

Os Departamentos didáticos da Universidade deverão colocar à disposição de seus Colegiados de Curso recursos humanos, financeiros e materiais para a adequada execução das suas atividades, devendo ainda os estágios ofertados estarem adaptados às normas desta

Resolução. Estabelece, ainda, que os recursos financeiros necessários à supervisão dos estágios deverão constar do Plano Orçamentário dos Departamentos envolvidos.

Segundo o Artigo 24, tanto a Coordenação Geral de Estágios como os Colegiados de Curso zelarão para que os estagiários não sejam utilizados como mão-de-obra qualificada de baixa remuneração, por parte das entidades concedentes de estágios. A remuneração do serviço prestado pelo estagiário e da docência-em-serviço de funcionários deve ser considerada abertamente. Mesmo com ela, os abusos devem ser atentamente verificados e debatidos, inclusive criando-se mecanismos inteligentes de prevenção (SALGADO, 1993)<sup>46</sup>.

Segundo a legislação federal, todo estagiário deverá estar coberto obrigatoriamente por seguro contra acidentes, durante o período de estágio. Os Colegiados de Curso, a partir de solicitação de professores-supervisores, poderão recorrer aos serviços de agentes de integração, públicos ou privados, devidamente cadastrados pela Coordenação Geral de Estágios.

Segundo o Artigo 28: "Os contratos atuais terão sua vigência garantida até a data do vencimento, quando poderão ou não ser renovados após avaliação, na qual será garantida a participação dos alunos estagiários".

O Termo de Compromisso assinado pelo aluno, pelo campo de Estágio e pela Universidade constitui comprovante legal de

inexistência de vínculo empregatício.

Já no ano posterior à publicação das diretrizes gerais que definiram a política de Estágios para a UFPR, a Resolução nº43/91, em seu primeiro artigo, estabelece a inclusão do Estágio Supervisionado Obrigatório nos currículos dos cursos, e estes devem ser considerados como 'ajuste curricular', mesmo que venham a implicar aumento da carga horária do curso.

O estabelecimento das condições de aprovação de alunos nas disciplinas, cuja carga horária é exclusivamente de Estágios, foi regido pela resolução nº35/93:

"-alcançar o mínimo de frequência igual a setenta e cinco por cento (75%) nas atividades da disciplina;

-obter, no mínimo, grau numérico cinco ( 5 ) de média aritmética, na escala de zero ( 0 ) a dez ( 10 ), no conjunto de tarefas realizadas pela disciplina".

Esta Resolução estabelece, ainda, que não caberá , nas disciplinas de Estágio, exame final, 2ª chamada, regime de dependência, nem tampouco a 2ª avaliação prevista para os cursos anuais( UFPR, 1995)<sup>65</sup>.

#### **2.1.4. Os Estágios no Curso de Odontologia da UFPR**

Segundo o professor Léo Kriger<sup>29</sup>, os Estágios no Curso de Odontologia começaram em 1973, com o CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária, na cidade da Lapa).

Desse projeto, outras cidades também vieram a participar, como Contenda, Quatro Barras, Bocaiúva do Sul e São Mateus do Sul .

Basicamente, os Estágios eram realizados por meio de projetos de Extensão. Bacelar indica o CRUTAC (1966), Projeto Rondon ( 1967) e Campus Avançado (1969), como maiores expressões desse sistema de ação.

**-CRUTAC-** Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

O projeto CRUTAC iniciou-se na Universidade do Rio Grande do Norte com o objetivo principal de formar recursos humanos adequados às necessidades das regiões interioranas e trazer benefícios a essas populações rurais. Procurava propiciar aos acadêmicos uma visão mais ampla da realidade social ( POLICHUK, 1995)<sup>43</sup>.

As finalidades principais dos CRUTAC estão descritas em seu 1º Regimento datado de junho de 1966:

"- treinamento dos universitários, em período de estágio, no exercício de atividades específicas dos referidos cursos;

-propiciar aos estudantes com assessoramento de professores e técnicos todas as condições de estudo e solução dos diversos problemas do homem e da coletividade, visando à adequação do exercício profissional às peculiaridades do meio e à precariedade de

recursos;

-pesquisar e experimentar matérias-primas do solo e do sub-solo passíveis de utilização;

-estabelecer métodos de promoção do homem para que tenha a exata consciência da sua dignidade como pessoa, seus deveres e direitos respectivos;

-condicionar meios para a aplicação de conhecimentos necessários visando a saúde do homem e da coletividade;

-instituição do ensino elementar em agricultura que venha a propiciar a fixação do homem na sua própria região;

-combater o analfabetismo;

-treinar o homem do lugar em profissões que venham a atender suas necessidades;

-promover a coordenação de todos os recursos locais e o aproveitamento de trabalho e a ação de líderes e entidades públicas ou privadas para que sejam somados os esforços no sentido de ser estabelecida uma unidade de trabalho e progresso."

Pelo sucesso alcançado com o projeto, em 1967 a Universidade torna o Estágio Rural uma obrigação curricular.

Em 1969, pelo Decreto-Lei nº 916, foi criada a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária, CINCRUTAC, que ocupou um lugar de destaque na estrutura do MEC. Encontrava-se vinculado diretamente ao Gabinete do Ministro (GURGEL,1986)<sup>25</sup>.

Os programas do CRUTAC necessitavam de grandes investimentos para sua manutenção em diversas regiões do país.

A partir de 1975, levantamentos que eram realizados nos CRUTAC evidenciavam que seus serviços estavam na maioria das vezes desligados das funções de ensino e pesquisa, culminando com sua extinção.

O CRUTAC teve relevante papel na área de Odontologia, que, com o apoio do Ministério da Educação e Cultura, conseguiu uma unidade móvel (ônibus), que pertencia ao FUNRURAL e, contava com toda a aparelhagem necessária para o desenvolvimento de serviços odontológicos. Pela facilidade de locomoção, era deslocada para lugarejos que, até então, não tinham acesso sequer a esse atendimento. Veículos menores saíam da Universidade no início da manhã com alunos que passavam o dia realizando atendimentos na comunidade e retornavam no final da tarde, sempre com algo novo a relatar, experiências vividas que muito vieram a acrescentar na formação daqueles profissionais.

Segundo declaração do Professor Léo Kriger, grande incentivador da atuação da Odontologia nestes projetos, apesar das dificuldades que enfrentava, o CRUTAC serviu como campo de Estágio, desenvolvendo nos acadêmicos uma consciência maior sobre a realidade social paranaense.

## **PROJETO RONDON**

Iniciou-se com a Operação Zero, em que um grupo de trinta alunos das áreas de medicina, engenharia, geociências e comunicação social, foram levados até Rondônia para uma permanência de vinte e oito dias. No regresso, havia um grande entusiasmo por parte dos académicos com os resultados obtidos. Nesta oportunidade, eles difundiram o lema 'integrar para não entregar'.

O Projeto Rondon foi formalizado em 1968 e vinculado ao Ministério do Interior, o qual passou a incluí-lo como parte de sua competência e como programa de desenvolvimento comunitário voltado para a integração sócio-econômica do processo de desenvolvimento. Seus objetivos principais eram: Integração Nacional, Serviço à Comunidade e Treinamento Profissional.

## **'CAMPI AVANÇADOS'**

Segundo CHOEIRI ( Apud BACELLAR,1989)<sup>5</sup>, os Campi seriam a visualização prática da Universidade integrada, funcionando em áreas estratégicas de grande interesse para a atuação governamental, onde o Projeto Rondon cederia ao organismo universitário elementos mínimos para o desenvolvimento de suas atividades curriculares, transferidas das salas de aulas nos Campi tradicionais para as comunidades sofridas do interior brasileiro.

Em setembro de 1972, a UFPR firmou convênio com o Projeto Rondon, favorecendo a micro-região 39, que tem por sede o município de Imperatriz, no Estado do Maranhão. Nesta localidade, foi construído um Campus Avançado que propiciava aos alunos e professores, para lá deslocados, instalações aprazíveis e arejadas, até destoando em relação às construções já existentes na cidade. O objetivo principal deste projeto era a Integração Nacional, lema de uma política desenvolvimentalista no regime militar, vigente na época.

Conforme analisa GURGEL (1986)<sup>25</sup>, os projetos executados nos Campi, em sua maioria, eram ditados pelo interesse do Projeto Rondon ou surgidos mediante identificação pelo estudante, que achava interessante para as comunidades. Não havia uma participação efetiva da instância administrativa da Universidade.

A UFPR criou o Grupo Tarefa Universitária, órgão responsável pelo programa do Campus Avançado. Era responsabilidade deste grupo indicar os componentes que ocupariam a direção, vice-direção e secretaria do Campus.

O Projeto Rondon proporcionava deslocamento aos alunos, professores e funcionários (normalmente realizado pela Força Aérea Brasileira em aviões Bandeirante) e também apoio logístico. Os alunos quase sempre iam acompanhados de professores e lá participavam de prestações de serviço assistencial à população.

O serviço de Odontologia possuía um consultório num posto de

saúde, distante aproximadamente cinco quilômetros do Campus. Os alunos faziam uso de bicicletas para seu deslocamento. O atendimento iniciava-se às 8 horas, com descanso às 12 horas, retornando ao posto às 14 horas e 30 minutos e findando por volta de 18 horas. Eram constantes as interrupções no atendimento, pois a energia elétrica era fornecida por meio de geradores a diesel, e estes eram constantemente desligados por motivo de economia.

O Projeto de Odontologia Integral, coordenado pelo professor Léo Kriger, não se limitava a um trabalho de tratamento dentário sumário, mas também se preocupava com a educação e o ensino de práticas de higiene bucal. Eram realizadas palestras com a participação de professores, alunos e a comunidade, quando se salientava a importância da prevenção da saúde bucal. Por iniciativa desse coordenador, diante das dificuldades e carências da região, foram desenvolvidos equipamentos odontológicos simplificados, extremamente funcionais, que eram facilmente deslocáveis e montados sem grandes necessidades técnicas.

O programa do Campus Avançado, iniciado em 1972, permaneceu em funcionamento até o ano de 1984, quando aos poucos foi sendo transferido para a Universidade Federal do Maranhão. A Universidade Federal do Paraná continuou a prestar colaboração em atividades técnico-científica.

## OUTRAS ATIVIDADES

Do ano de 1978 até o início dos anos 80, os alunos do Curso de Odontologia podiam realizar Estágio não obrigatório no Serviço de Buco-Maxilo-Facial do Hospital Evangélico de Curitiba, serviço este coordenado pelo Prof. Manoel Eduardo Correa Costa, responsável pela Cadeira de Cirurgia. Posteriormente, o Hospital Cajuru passou a ofertar Estágios para os alunos do 8º período do Curso de Odontologia da UFPR.

Segundo a Professora Neusa Rosa Moro, Vice-Coordenadora do Curso de Odontologia da UFPR, poucos são os projetos de Estágio em andamento na atualidade. Podemos citar o Projeto CADS-Araucária, que tem sido desenvolvido desde 1989, com o financiamento da Fundação Kelloggs's e com o gerenciamento da Universidade.

A Instituição de Ensino é representada com o trabalho efetivo e multidisciplinar, em campo e dentro da Instituição, de docentes designados pelos Departamentos de Enfermagem, Clínica Médica, Nutrição, Agronomia, Pedagogia, Farmácia e Odontologia.

O Pronto-Socorro, que faz parte da Clínica Integrada, é realizado na sede do Jardim Botânico, onde alunos prestam o atendimento de emergência na área de Odontologia. A Clínica Integrada tem a participação dos alunos do 8º período e a atuação da Disciplina de Odontologia Preventiva e Social na Clínica Simplificada da Cidade

## Industrial.

Estas iniciativas trouxeram grandes benefícios para a formação dos cirurgiões dentistas, principalmente a possibilidade de colocar o futuro profissional diante da realidade social e do mercado de trabalho futuro, fornecendo, ainda, realimentação para a adequação do currículo (KRIGER, entrevista 1996)<sup>29</sup>.

Perguntamos a alguns profissionais ligados ao ensino de Odontologia que atitudes seriam necessárias para o desenvolvimento de projetos de Estágio nesta área. Gostaríamos de citar as respostas do Professores Léo Kriger, Maria da Graça K. Lopes e Neusa Rosa Moro.

Professor Léo Kriger:

- "- vontade política da instituição em realizá-los;
- currículos adaptados para permitir aos alunos realizar estágios;
- vontade dos professores em participar;
- estímulo aos professores participantes, não só sob o aspecto financeiro, mas também sobre a importância do seu trabalho;
- que sejam feitas parcerias com os serviços, visando a uma perfeita integração docência-serviço;
- projetos de pesquisa, vinculados à extensão, adequados à realidade local e regional;
- que os alunos entendam o Estágio curricular como uma fonte de aprendizagem e não apenas o façam para cumprir uma carga horária regimental".

Professora Maria da Graça K. Lopes:

"-a necessidade de se aumentar a carga horária do estágio;

-considerar e agilizar o estabelecimento de locais para a realização de estágios extra-muro;

-incentivar no estagiário a visão global no atendimento ao paciente, abolindo a idéia das especialidades, que, em sua visão, dicotomizam os conhecimentos".

Professora Neusa Rosa Moro:

Devemos nos preocupar com a viabilidade do projeto, no sentido de que todos os envolvidos no processo ( professores, funcionários, alunos e a parte administrativa da instituição ) estejam conscientes do real papel do Estágio e compromissados com ele, a fim de torná-lo viável".

### **3. PROPOSTA DE SOLUÇÃO AO PROBLEMA**

#### **3.1. O Estágio como agente de integração entre o 2º e 3º graus**

A defasagem entre o ensino e as necessidades do mercado de trabalho geradas pelo acelerado desenvolvimento vem exigindo dos organismos responsáveis pela formação e aprimoramento de recursos humanos, em especial os de níveis técnico e superior, a busca de novas alternativas, além da metodologia pedagógica convencional.

Nesse contexto, a integração do ensino técnico de 2º grau e o ensino da graduação na Universidade Federal do Paraná vem apresentar-se como uma opção de modernidade e racionalidade no aproveitamento de recursos disponíveis, e como uma alternativa válida para a superação da dicotomia teoria-prática.

O primeiro projeto surgiu por iniciativa da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná. Esta é um órgão suplementar vinculado à Pró-Reitoria de Graduação e tem por finalidade ministrar o ensino de 2º grau, mantendo cursos voltados para a área terciária da economia. Deve, também, desenvolver experimento de integração entre o 2º e 3º graus, articuladamente à orientação pedagógica dos departamentos de ensino de 3º grau da Universidade Federal do Paraná.

Com este esforço conjunto, objetiva não só a ampliação, mas também a qualificação de seus cursos. Por último, almeja, sem

prejuízo da terminalidade inerente ao ensino técnico, o aproveitamento e a continuidade de estudos superiores específicos.

Neste primeiro projeto, verificou-se a necessidade de os alunos do Curso Técnico em Prótese Odontológica terem um contato com o contexto real de trabalho, quer seja no aplicar a teoria aprendida na Escola, quer seja ao vivenciar uma prática sob supervisão, e até mesmo confrontar ou questionar esta teoria, aperfeiçoando conhecimentos. Ainda é de muita importância a necessidade de se relacionar com profissionais da área, vivenciar experiências relacionadas à organização e funcionamento de laboratórios, adequando-o ao mercado de trabalho e preparando-o às questões do dia-a-dia da profissão.

O Curso de Odontologia da Universidade Federal do Paraná possui no seu programa curricular as disciplinas da área de prótese: Prótese Fixa, Prótese Parcial Removível e Prótese Total, nas quais os conteúdos são afins entre si e com os conteúdos do Curso Técnico em Prótese Odontológica.

Os alunos do 3º grau, após receberem os conteúdos teóricos das disciplinas de Prótese, aplicam o que lhes foi ensinado por meio de atendimentos a pacientes que procuram o serviço da Faculdade de Odontologia. Para muitos, esta é a única maneira de receber tratamento odontológico, pois estes pacientes são na maioria pessoas carentes, que não têm acesso ao atendimento em consultórios particulares.

Sendo objetivo principal desse trabalho criar um modelo de Estágio que integre o ensino técnico e o superior em Odontologia, procurou-se levantar quais as maiores deficiências por eles apresentadas.

No Curso de Odontologia da Universidade Federal do Paraná, a realização da parte técnica dos trabalhos protéticos é delegada a um laboratório de prótese autônomo, sem qualquer vínculo com a instituição, acarretando uma série de dificuldades, como, por exemplo:

- falta de controle de qualidade de materiais protéticos utilizados na confecção dos trabalhos;
- prejuízo no prazo de entrega destes trabalhos, que muitas vezes chegam a atrasar semanas;
- dificuldade em controlar se os alunos estão enviando os trabalhos protéticos aos laboratórios indicados pela Disciplina;
- o aluno muitas vezes fica responsável pelo recebimento do dinheiro do paciente e pagamento ao laboratório, incumbência esta desagradável e de difícil controle.

O fator custo do trabalho protético também traz prejuízo no aprendizado do aluno do 3º grau, pois até que encontre um paciente com condições de fazer o pagamento destes custos, já se passaram semanas de ociosidade e desperdício.

Esta ocorrência faz com que o aluno venha a iniciar procedimentos de tratamentos protéticos somente várias aulas após o início do curso, sendo que até este tempo, realiza várias condutas prévias como exames clínicos, radiográficos e planejamento. Com isto, finda sua atuação

nesta fase.

Para elucidar esta situação, realizou-se uma pesquisa junto aos alunos do Curso de Aperfeiçoamento em Prótese Dental, mantido pela Associação Brasileira de Odontologia - Seção Paraná.

Foi entregue aos 28 alunos matriculados no curso um questionário no qual constava: identificação do paciente, se o mesmo aceitou a realização de tratamento protético, e, em caso negativo, qual foi o motivo da desistência. Estes motivos foram divididos em quatro grupos principais: motivo financeiro; falta de disponibilidade de tempo; necessidade de realização de tratamentos prévios à realização de trabalhos protéticos e indicação para realização do tratamento em curso de especialização.

Foram atendidos 54 pacientes, sendo 42 do sexo feminino, o que representa um percentual de 77,7% do total, e 12 homens, representando 22,3%.

Ficamos surpresos, quando verificamos que somente 18 pacientes realizaram o tratamento protético, ou seja, somente 33,3% do total que havia procurado aquela instituição. Os 36 pacientes que desistiram de realizar tratamento protético representaram 66,7% do total que havia procurado este serviço.

Os resultados obtidos com a pesquisa foram os seguintes: 2 pacientes (5,5%) alegaram que os horários de atendimento não eram compatíveis com sua possibilidade; 5 pacientes (14 %) não realizaram o tratamento, porque eram casos demasiadamente complexos para

alunos de curso de aperfeiçoamento, sendo mais indicados para um curso de especialização; 13 pacientes (36,1%) não tinham condições de realizar o pagamento do trabalho protético, pois a parte técnica de confecção da peça protética é enviada para um laboratório de prótese autônomo e o custo deste é repassado aos pacientes; 16 pacientes (44,4%) não estavam aptos a receber o atendimento protético, pois necessitavam de tratamentos prévios como tratamento endodôntico e periodontal.

Se formos avaliar somente os pacientes aptos a receber o tratamento protético, verificaremos que 33 pacientes estavam nesta situação e somente 18 realizaram o tratamento. Nada menos que 13 pacientes apresentaram problemas financeiros para a realização do tratamento, o que representa 39,4% do total deste grupo.

### **3.2. Objetivos do Projeto**

Como contribuição do nosso trabalho, fazemos uma proposta de projeto para buscar integrar o 2º e o 3º graus dos cursos que se referem à Odontologia na UFPR:

Objetivos do Projeto:

#### **A) Relativos aos alunos:**

-possibilitar uma visão realista do funcionamento de um laboratório de prótese, bem como a familiarização com o seu futuro ambiente de trabalho;

-propiciar condições de treinamento específico, pela aplicação, aprimoramento e complementação dos conhecimentos adquiridos nas aulas ministradas na Instituição de Ensino;

-oferecer subsídios à identificação de preferências em campos de futuras atividades profissionais;

-facilitar a aquisição de experiência específica em processos, métodos e técnicas de produção;

-ensejar oportunidade para aplicação dos conhecimentos adquiridos, com vistas a equacionar e resolver problemas detectados pelo aluno.

#### **B) Relativos às Instituições de Ensino:**

-oferecer subsídios à revisão de currículos, adequação de programas e atualização de metodologias de ensino, de modo a permitir à instituição uma postura realística quanto à sua contribuição ao desenvolvimento nacional;

-instrumentalizar a instituição como organismo capaz de oferecer respostas a problemas específicos da população;

-propiciar aos docentes, por meio de orientação e supervisão de estágio, vivências concretas da realidade do mercado de trabalho do país;

-proporcionar a utilização de forma efetiva e mais eficaz dos recursos humanos e da produção gerada na Instituição, empresas e institutos de pesquisa, propiciando maior integração nos campos da ciência e da tecnologia;

-permitir e estimular a livre veiculação de críticas e sugestões ao

papel desempenhado ou a ser assumido, respectivamente, pelas instituições de ensino envolvidas;

-estimular a criação e desenvolvimento de canais de cooperação com as instituições na solução de problemas de interesse mútuo;

-participar de maneira direta e eficaz na formação de profissionais de nível técnico e superior, contribuindo para melhores condições de ensino;

-facilitar o acesso ao tratamento odontológico de parcela da população carente que até então não fazia uso deste benefício, salientando desta maneira a finalidade social do ensino público gratuito.

### **3.3.- Desenvolvimento do Projeto**

Como designa DRUCKER (1975)<sup>19</sup>, tanto na empresa como na instituição de serviço, nunca é possível realizar algo, a não ser baseado em metas específicas, limitadas e claramente definidas.

O projeto de Integração entre o 2º e o 3º grau envolve diretamente o Curso Técnico em Prótese Odontológica da Escola Técnica e as Disciplinas de Prótese e Clínica Integrada do Curso de Odontologia, ambos os cursos ofertados pela Universidade Federal do Paraná.

Os alunos do Curso Técnico, sob supervisão de seus professores, realizarão os trabalhos protéticos que demandarem do Curso de Odontologia, nas suas diferentes especificidades.

A Disciplina de Prótese Parcial Removível do Curso Técnico em Prótese ofertará os seguintes procedimentos: confecção de estrutura metálica; montagem dos dentes em resina para prova; acrilagem e acabamento do trabalho protético. A especificação de trabalhos protéticos a serem realizados está descrita no cronograma anexo nº 8.

A Disciplina de Prótese Total do Curso Técnico confeccionará 20 pares de próteses totais a cada semestre, incluindo neste procedimento a confecção de moldeiras individuais, placas de registros, montagem dos dentes em articulador semi-ajustável, acrilagem e acabamento do trabalho protético.

Na Disciplina de Prótese Fixa do Curso Técnico, os trabalhos protéticos a serem ofertados são os seguintes: coroas provisórias em resina acrílica; núcleo metálico fundido; fundição de padrão de resina para núcleo; coroa total metálica; coroa metalo-plástica; coroa total metalo-cerâmica e restauração metálica fundida.

A meta dos trabalhos de Prótese Fixa a serem realizados, bem como, materiais de consumo, custos e prazos de entrega estão especificados no cronograma anexo nº 8 na página 92.

#### **A. Adequação curricular do Curso Técnico de Prótese ao Curso Superior de Odontologia**

"Partindo do pressuposto de que o currículo, a qualquer nível, é

instrumento de ação educacional e se constitui no conjunto de atividades planejadas sob a inspiração de uma filosofia, com objetivos bem definidos, uma metodologia própria e um sistema de avaliação adequados à natureza das mesmas atividades, conclui-se que este não se limita apenas a um rol de disciplinas mas compreende todas as experiências organizadas e supervisionadas pela escola (TOALDO, 1977)<sup>53</sup>".

FREITAS ( 1989 )<sup>24</sup>, no II Encontro Nacional de Estágio Curricular, realizado em Recife, destacou que:

"o estágio faz parte de um currículo e deve ser repensado no âmbito deste, na totalidade deste."

ZAINKO (1993)<sup>69</sup> acrescenta ser fundamental que cada currículo de curso reflita a organização do conhecimento socialmente acumulado e a articulação dos agentes e instrumentos teóricos metodológicos indispensáveis à apropriação do saber, revelando, em última estância, o esforço comum e necessário à busca e à construção do compromisso histórico da universidade. Sendo o Estágio uma atividade curricular, acadêmicos e professores estarão naturalmente envolvidos em suas ações.

Na proposta de alteração curricular a ser apresentada, optou-se pela estruturação do ensino em módulos. Este sistema caracteriza-se principalmente pela flexibilidade necessária para acompanhar o avanço tecnológico e expandir-se de modo a atender à demanda do setor produtivo. Os módulos concluídos fornecerão aos alunos

Certificados de Competências que, para efeitos de habilitação, registrarão os conhecimentos adquiridos no período cursado.

Os módulos são conceituados como unidades pedagógicas autônomas e completas em si mesmas, compostas de conteúdos estabelecidos de acordo com o perfil profissional, que já qualificam para ocupações definidas e que, no seu conjunto, levam a uma habilitação plena de técnico de nível médio.

A conclusão de maneira seqüencial dos módulos constantes no Curso Técnico darão, ao aluno qualificado, condições de se integrar na força de trabalho e, também, obter crédito para certificação ou diploma de Técnico em Prótese Odontológica.

## 1º MÓDULO

Disciplinas	-	Introdução à Prótese Dental
	-	Materiais Protéticos
	-	Anatomia Geral Aplicada à Prótese
	-	Anatomia Dental
	-	Ética Profissional 1
Qualificação		Auxiliar de Prótese Nível 1
Atribuições	-	Realizar vazamento de gesso para obtenção de modelos;

- Realizar o procedimento de troquelamento, recorte e delimitação de troquéis;
- Montar modelos em articuladores semi-ajustáveis e charneira pela técnica arbitrária;
- Dominar as técnicas de enceramento progressivo e negativo;
- Conhecer os materiais protéticos em suas propriedades, características principais e suas técnicas de utilização;
- Conhecer as normas que regem a profissão de Técnico em Prótese Odontológica.

## 2º MÓDULO

Disciplinas	Prótese Total 1 ( P. T. ) Prótese Fixa 1 Prótese Parcial Removível 1 ( P. P. R. ) Estágio 1 Ética Profissional 2
-------------	--

Qualificação                      Auxiliar de Prótese Nível 2

Atribuições                      -      Confeccionar moldeiras individuais totais,

- parciais e unitárias;
- Confeccionar placas de registro;
  - Realizar montagem de dentes e ceroplastia em P.T.;
  - Confeccionar de coroas provisórias unitárias;
  - Confeccionar de Pontes fixas provisórias;
  - Realizar Técnicas de inclusão e fundição;
  - Confeccionar coroas totais metálicas;
  - Confeccionar núcleos metálicos fundidos;
  - Realizar montagem de dentes em P.P.R.;
  - Realizar inclusão e acrilagem em P.P.R.;
  - Conhecer as normas que regem a profissão de Técnico em Prótese Odontológica.

### 3º MÓDULO

Disciplinas	Prótese Total 2 ( P. T. ) Prótese Fixa 2 Prótese Parcial Removível 2 ( P. P. R. ) Estágio 2 Ética Profissional 3
Qualificação	Auxiliar de Prótese Nível 3

- Atribuições
- Realizar inclusão em muflas, acrilagem e acabamento de P.T.;
  - Confeccionar coroas metalo-plásticas;
  - Confeccionar coroas metalo-cerâmicas;
  - Confeccionar pontes-fixas;
  - Realizar enceramento, inclusão, fundição e acabamento de estruturas metálicas em P.P.R.;
  - Confeccionar aparelhos ortodônticos removíveis
  - Conhecer os procedimentos e normas estabelecidas pelas entidades de classe da categoria.

#### 4º MÓDULO

Disciplinas Estágio Integrado Obrigatório

Ética Profissional 4

Qualificação Técnico em Prótese Dental

- Atribuições
- Dominar as técnicas de realização de trabalhos protéticos;
  - Constituir Laboratório de Prótese Odontológica.

## B- Estágio Integrado Obrigatório

O Estágio integrado obrigatório no contexto de um ensino voltado à transformação social não pode ser visto apenas como mais uma disciplina do curso ou apresentado como característica exclusiva à função de complementação e avaliação, mas deve ser pensado no contexto global do currículo, situado no contexto geral da sociedade. Assim, entende-se o Estágio como uma atividade que visa à aprendizagem por meio de interação com a realidade e a construção e reconstrução do conhecimento na prática, pela análise e reflexão desta mesma prática (MARINHO, 1987)<sup>35</sup>.

Segundo ARROYO (1979)<sup>4</sup>, para superar o caráter formal do Estágio é preciso enfrentar a questão da unidade da teoria e da prática, estendendo-a a partir de um processo total. Esta dicotomia não está apenas em nosso pensamento, mas na prática social, no mundo do trabalho, no próprio saber, porque faz parte de uma formação dicotômica existente no próprio contexto social.

ALMEIDA (1986)<sup>2</sup> salienta: "não mudamos o real mudando a forma de pensar sobre o real, mas é preciso partir do real como é, que nos condiciona mesmo, e através do estágio trabalhar a realidade".

A nosso ver, a realização de Estágios integrados vem ao encontro da necessidade atual de racionalizar os processos na formação dos profissionais em uma mesma área. No caso em que a

Universidade Federal do Paraná possui as disciplinas de Prótese do Curso de Odontologia e o Curso Técnico de Prótese em seus quadros, a realização deste projeto torna-se facilitada para sua implantação e desenvolvimento, objetivando uma melhoria da qualidade do ensino.

Em nossa proposta deve haver não somente a integração das unidades de ensino, mas uma integração total que também envolva currículos, corpo discente e docente. Deve-se extrair o máximo de dividendos desta união.

### **C - Currículo Integrado**

A Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná conferirá o título de Técnico em Prótese Dental ao aluno que obtenha aprovação nos quatro módulos constituintes do Curso Técnico. Ao avaliarmos esses módulos, verificaremos que cada um deles fornece conhecimentos que habilitam o aluno para a realização de determinados procedimentos, e, quando da conclusão de todo o conjunto de módulos, o aluno estará apto a tornar-se Técnico em Prótese Dental.

Como sabemos que a realidade social do país é difícil para grande parcela da população e que, para conseguir seu sustento ou ajudar no orçamento doméstico, muitas vezes os alunos se vêem obrigados a abandonar seus estudos, este aluno, mesmo não concluindo seu curso, estaria habilitado a realizar determinada função de acordo com os

módulos completados. Assim, nos três primeiros módulos, o aluno receberia conhecimentos teóricos sobre procedimentos protéticos realizados pelo técnico, e nestas mesmas disciplinas realizaria os trabalhos práticos em manequim, com a supervisão dos professores das disciplinas. O quarto módulo é o momento de síntese do aluno, de conscientização em relação ao seu trabalho futuro. Pretende-se, deste modo, formar um profissional preparado para entender a sua realidade na essência, não só na aparência, mas procurando sanar falhas de conteúdo verificadas durante o curso.

No quarto módulo, por constituir o encerramento das atividades, o conteúdo teórico seria fornecido pela realização de seminários e palestras que envolvessem o corpo docente e discente do 3º grau. Mais especificamente, professores do Curso de Odontologia e do Curso Técnico em Prótese Dental coordenariam atividades envolvendo os alunos do Estágio Integrado da Escola Técnica e alunos da Clínica Integrada do Curso de Odontologia, devendo este Estágio constar da carga horária docente e discente.

O conteúdo prático seria totalmente realizado por meio dos serviços de prótese demandados do atendimento à população, que se realiza nos dispensários da Clínica Integrada. Desta maneira, o aluno do 2º grau realizaria trabalhos protéticos de uso na Clínica e o aluno do 3º grau acompanharia a realização destes trabalhos protéticos.

A duração deste Estágio será de um semestre letivo, totalizando 360 horas/aula, no qual os alunos do curso técnico realizarão

trabalhos protéticos supervisionados pelos professores da Escola Técnica. Fica a cargo dos alunos do Curso de Odontologia a realização da fase clínica destes trabalhos e, para um entendimento da Prótese num contexto global, deve este aluno acompanhar a realização dos procedimentos técnicos.

Muitas vezes nos deparamos com alunos realizando determinados procedimentos de maneira mecânica, como que seguindo as instruções de um manual, sem saber os motivos pelos quais lhe indicaram uma determinada conduta. Esta possibilidade de o aluno do 3º grau poder acompanhar a realização do trabalho protético que vai ser futuramente instalado em seu paciente é de grande valia, pois somente assim ele poderá visualizar de maneira integrada todos os procedimentos e requisitos para obter sucesso em seu trabalho. O aluno do 2º grau também deverá ter a possibilidade de acompanhar as fases clínicas de realização do trabalho protético, evidenciando, da mesma maneira, quais as finalidades de vários procedimentos por ele feitos e não compreendidos os motivos de sua realização.

O sistema para avaliar estes alunos deveria levar em conta, além da qualidade do trabalho protético realizado e instalado no paciente, uma modalidade de relatório a ser apresentado por meio de seminários, com a participação integrada do 2º e 3º graus. Muito importante nestas fases de realização do projeto é o entrosamento do corpo docente, com o objetivo de estabelecer normas e requisitos comuns aos dois graus de ensino.

É necessário, para a implantação do projeto que o 4º módulo do curso técnico seja realizado nas mesmas instalações da Clínica Integrada do Curso de Odontologia, facilitando, assim, a integração dos procedimentos e também o acesso dos alunos às diversas fases de realização do trabalho protético.

#### **D - Metodologia de Trabalho**

A condução do projeto deve seguir princípios previamente estabelecidos. Inicialmente, deve-se proceder à divisão do trabalho. Quanto mais as pessoas se especializam, mais eficientemente podem fazer seu trabalho. Os participantes do projeto precisam respeitar as regras e os acordos estabelecidos. O cumprimento das escalas de trabalho é fator decisivo para o sucesso do projeto. Deve ser apontado um administrador do projeto que, além de capacitação para a função, apresente autoridade pessoal e liderança .

KATZ (1986)<sup>27</sup> vê como necessidade de um administrador que ele possua a verdadeira aptidão de saber trabalhar com outras pessoas, como uma atitude natural e constante.

MEYER JÚNIOR( 1988 )<sup>36</sup> ressalta a situação de despreparo dos administradores universitários e revela como causa principal a descontinuidade administrativa, já que a mudança de dirigentes nos escalões mais elevados da organização conduz a uma troca constante da equipe, perenizando o problema. As atividades com o mesmo

objetivo na instituição devem ser dirigidas por uma única pessoa, evitando, desta maneira, que venham acontecer conflitos de instruções e confusão de autoridade. A subordinação do interesse individual ao bem comum deve fazer parte da filosofia do projeto. Em primeiro lugar deverão estar os interesses da organização na obtenção de seus objetivos. Os participantes do projeto devem ter facilitadas as vias para sua qualificação profissional, como exemplo: realização de cursos, seminários e publicação de artigos. Sua remuneração estará diretamente ligada com sua ascensão profissional (FAYOL)<sup>22</sup>. Deve-se, também, explicar de forma abrangente a importância da realização deste projeto de integração e salientar o caráter inovador desta medida. MAYO (apud CHIAVENATTO 1993)<sup>14</sup>, achava que a motivação econômica era secundária na determinação do rendimento do trabalhador. Salienta que as pessoas são motivadas principalmente pela necessidade de "reconhecimento", de "aprovação social" e de "participação" nas atividades dos grupos sociais com os quais convivem (p.224-225).

Devemos levar em consideração que o Curso de Odontologia passa atualmente a ter período letivo anual. Desta maneira, somente uma turma inicia a Clínica Integrada em março e termina em dezembro do mesmo ano. Sabemos, também, que quando se vai realizar um trabalho protético é necessário que o paciente esteja preparado para receber este trabalho. Queremos com isto salientar que o trabalho protético é o último procedimento a ser realizado em pacientes em tratamento, sendo necessários todos os procedimentos

prévios para tornar este paciente apto a receber a prótese.

Esta situação foi comprovada no questionário realizado com os alunos do Curso de Aperfeiçoamento em Prótese Dental mantido pela Associação Brasileira de Odontologia, que indicou que, de um total de 36 pacientes que não realizaram tratamento protético, 44,4% deveu-se ao fator necessidade de tratamento prévio ao atendimento protético. Assim, a demanda de serviços protéticos seria muito reduzida no primeiro semestre do ano, inviabilizando esta integração, pois os pacientes ainda estariam realizando procedimentos prévios ao trabalho protético. Estes procedimentos seriam: tratamentos de canal, tratamentos de enfermidades dos tecidos periodontais, dentística restauradora, ortodontia, etc.

Desta forma, o Estágio integrado seria desenvolvido somente no 2º semestre do ano letivo, de maneira que sua atuação estaria vinculada às necessidades da instituição mantenedora. Como a finalidade principal do projeto é a integração entre o 2º e 3º graus da Universidade Federal do Paraná, é importante que o Estágio Integrado seja realizado em um espaço físico de uso comum, compartilhado de maneira a favorecer o entrosamento e facilitar o desenvolvimento desta integração.

Para a realização de suas funções, o Curso Técnico necessita de um laboratório que possua bancadas para a acomodação do número total de alunos, ou seja, 25 lugares. Necessita, também, de que este laboratório possua local para a realização de procedimentos protéticos, como vazamento de gesso, recorte de modelos, fundição,

aplicação de resina e porcelana. Deve ser equipado de maneira a permitir que se realize todo o tipo de trabalho protético, possuindo fornos, recortadores de gesso, motores de polimento. O Curso Técnico é realizado no período noturno e este seria o horário em que toda a turma estaria no laboratório realizando seus procedimentos protéticos.

Como um dos objetivos deste projeto é que o aluno do 2º grau tenha uma visão completa a respeito dos trabalhos protéticos que ele realiza, é necessário haver uma escala de frequência destes alunos no horário em que se realizam os procedimentos do 3º grau ( anexo nº 7). Isto será necessário, pois o aluno do 2º grau terá a oportunidade de receber o trabalho protético do aluno do 3º grau, combinar o prazo de entrega, e que esteja de acordo com sua escala. O aluno do 2º grau também deverá estar presente quando este trabalho for provado na boca do paciente, e, juntamente com o aluno do 3º grau, avaliar a necessidade de alterações e acabamentos necessários para o perfeito acabamento da peça protética.

Desta maneira, o aluno do curso técnico teria o período de uma semana para realizar o procedimento protético durante suas aulas noturnas, e esta realização deve ser acompanhada pelo aluno do 3º grau. Findado este período de uma semana, com o trabalho realizado, o aluno do 2º grau ( cumprindo seu dia de escala dentro da Clínica Integrada ) faria a entrega da peça protética, sendo esta entrega realizada no período de funcionamento do estágio do 3º grau, para viabilizar o

acompanhamento de prova ou cimentação do trabalho.

O aluno de Clínica Integrada deverá obedecer à escala estabelecida com seu colega do 2º grau, para a marcação de realização de procedimentos como moldagem, prova de estrutura metálica, prova de aplicação de resina e porcelana, bem como instalação de trabalhos provisórios e definitivos. Deverá haver um compromisso entre corpo discente, para que estas escalas venham a ser cumpridas sem prejuízo de ambas as partes e, quando da ocorrência de quebra deste compromisso, os supervisores devem agir coibindo que estes acontecimentos venham a se repetir.

Para a realização dos procedimentos protéticos, é necessária, além das instalações e equipamentos, uma série de materiais de consumo de uso comum dentro do laboratório. Este material deverá ser adquirido com os valores obtidos pelo pagamento de uma taxa de serviços cobrada dos pacientes, viabilizando que o laboratório se auto-sustente e seja responsável pela manutenção de seus equipamentos. O pagamento pelos pacientes de uma taxa referente aos custos do trabalho protético já é norma dentro de serviços que prestam atendimento na área de prótese, pois o custo pode ser de difícil custeio pela instituição de ensino. Como estes procedimentos serão realizados dentro da instituição, seus custos sofrerão sensível redução, viabilizando desta maneira o acesso de uma maior quantidade de pacientes ao tratamento protético.

Segundo a pesquisa realizada na Associação Brasileira de

Odontologia, o fator custo foi o responsável pela não realização dos trabalhos protéticos em aproximadamente 40% dos pacientes aptos a realizar o tratamento. Com a redução dos custos de confecção da parte técnica deste trabalho, esta percentagem pode ser sensivelmente reduzida, aumentando a quantidade de trabalhos a serem realizados.

Isto se traduz em uma Universidade que se volta aos anseios da população, cumprindo sua função social e levando às faixas mais carentes da população atenção e atendimento que o setor privado não oferece a elas, num trabalho de Extensão Universitária. Assim, teremos também um controle sobre todo o tratamento realizado no paciente, inicialmente em relação aos prazos de conclusão dos trabalhos e, o que é de suma importância, a qualidade dos serviços protéticos realizados.

Segundo MARIN & WOLYNEC (1988)<sup>34</sup>, como o planejamento e a tomada de decisões necessitam de informação, a instalação de um sistema de informações central, por si só, pode contribuir para melhorar de forma sensível a eficiência da Universidade. Para o controle total dos procedimentos, é necessário que todas as informações sejam coletadas junto aos estagiários e seus supervisores, sendo posteriormente arquivadas em um banco de dados.

Toda realização de pagamentos será feita na Secretaria da instituição, evitando que o aluno atue intermediando recebimentos efetuados pelo paciente e pagamentos ao protético pelo serviço

realizado. Como este pagamento atualmente é realizado a um profissional de fora da instituição, é de difícil controle pelos professores e, por muitas vezes já trouxe acontecimentos desagradáveis e de difícil solução.

Segundo VAHL (1993)<sup>66</sup>, a prestação de serviços mediante pagamento vem adquirindo importância cada vez maior nas instituições de ensino superior. Além dos objetivos de desenvolvimento acadêmico, este procedimento vem resultando em importantes ingressos de recursos financeiros para as respectivas instituições.

A garantia do trabalho realizado ao paciente também, a partir daí, poderá ser mantida. Hoje, quando ocorre a perda precoce de um trabalho protético, que evidencie uma falha durante a sua realização, é um problema de difícil solução, pois o técnico alega que os procedimentos realizados pelo aluno foram os causadores do insucesso do trabalho, e o aluno já está formado e sem vínculo qualquer com a instituição. Em uma situação como esta, o paciente recusa-se a pagar novamente o trabalho protético, com toda a razão, pois o tratamento deve durar por um período de alguns anos. A resolução do impasse fica a cargo do professor supervisor da clínica, e nem sempre este tem uma solução para o problema.

Com a implantação do projeto, não teremos participação de pessoas estranhas à instituição e poderemos, desta maneira, dentro de nossas instalações, oferecer um trabalho protético mais barato, mais rápido, com qualidade e apresentando a garantia que deve acompanhar qualquer

produto ou serviço prestado pela Universidade.

Segundo LEMES JÚNIOR (1994)<sup>33</sup>, o "valor" de uma organização sem fins lucrativos como uma universidade mede-se pela soma de benefícios que ela pode produzir em prol da comunidade.

### **E - Sistemática de Avaliação**

Para FERREIRA (1980)<sup>23</sup>, a sistemática adotada para avaliar os alunos-estagiários implica a utilização de procedimentos que garantam a avaliação formativa ou de acompanhamento do processo, e a somativa, ou de produto.

Durante a realização do trabalho protético, o supervisor procederá ao preenchimento da ficha de avaliação individual. Para isto, deverá levar em consideração os dados obtidos com entrevistas, relatórios individuais, observações quanto à participação e apresentação do aluno. Serão considerados, também, a organização do instrumental e materiais necessários à realização do trabalho protético.

Para cada trabalho protético confeccionado será realizada uma entrevista com o estagiário. O supervisor utilizará como critério básico de seu roteiro de perguntas conhecimentos teóricos necessários ao desenvolvimento do trabalho protético. Os relatórios individuais devem versar sobre assuntos necessários à realização do trabalho prático, sendo apresentados pelo aluno quando da realização da entrevista.

Dúvidas, que por acaso surjam, podem ser sanadas no momento da

entrevista, e o supervisor poderá apresentar sugestões ao aluno estagiário, visando a oferecer subsídios para a continuidade de seu trabalho; tais sugestões serão registradas na ficha de avaliação individual.

Nos seminários conclusivos de cada etapa, o supervisor apreciará os trabalhos escritos e orais do grupo considerando os objetivos da etapa, e fará anotações em relação à participação de cada estagiário. Cabe ainda, ao professor supervisor avaliar a habilidade no desempenho das atividades práticas e, o interêsse demonstrado pelo aluno durante a confecção do trabalho protético. Nesta avaliação, devem constar os dados referentes à adaptação, forma, retenção, polimento, respectivos a cada trabalho realizado.

As atitudes, também, serão levadas em conta no processo de avaliação, embora não tenham sido estabelecidos critérios específicos de mensuração. O supervisor registrará na ficha individual observações realizadas nos diversos momentos em que mantiver contato com o estagiário ( anexos nº 1, nº 2 e nº 3 ).

A avaliação final resultará das informações registradas nas fichas de avaliação individual. Após a análise das informações e conceitos parciais atribuídos, o supervisor apresentará os resultados finais sob a forma de valores numéricos ( anexo nº 5 ).

Os demais professores que venham a participar do processo de formação do aluno-estagiário poderão fornecer informações complementares que auxiliarão o supervisor em seu julgamento final.

Visando ao aperfeiçoamento da metodologia do estágio e sua avaliação, o supervisor solicitará aos alunos, que estiverem concluindo a etapa final, uma apreciação crítica do conjunto de situações por eles vivenciadas em todo o processo de estágio.

KUENZER (1993)<sup>31</sup> acrescenta que, após concluído o Estágio, o aluno deveria retornar para a instituição de ensino, trazendo os pontos mais significativos, positivos e negativos do estágio, contribuindo assim para a mudança dos currículos, novas idéias, novas aspirações, novos conhecimentos, o que indiscutivelmente incorreria em melhoria da qualidade do ensino.

Também deveriam ser avaliados os professores-supervisores e o projeto como um todo. Segundo SILVA (1991)<sup>50</sup>, nas organizações universitárias as atividades de ensino e de pesquisa não constituem objeto de avaliação e controle sistemáticos, sendo este um dos motivos de possuírem objetivos vagos, ambíguos e conflitantes.

JULIATO (1991)<sup>26</sup> cita os crescentes custos operacionais como um dos principais motivos que levaram as instituições de ensino a realizar avaliações. Essas instituições, com a avaliação, podem tornar-se mais eficientes no uso dos recursos, considerando que devem oferecer garantias de retorno proporcionais aos recursos nelas aplicados.

#### 4. CONCLUSÕES

Inicialmente, o estudo realizou a reflexão e análise da prática atual dos Estágios. Conceituou o Estágio na visão de vários autores, salientando seu caráter sintetizador da formação teórico-prática do aluno. Procurou-se estabelecer o Estágio como agente de integração entre diferentes níveis de ensino.

A implantação dos Estágios na Universidade Brasileira ocorreu de maneira consolidada, a partir da promulgação de Leis e Planos de Desenvolvimento, vinculando o ensino à política global de formação de recursos humanos.

A evolução do Estágio na UFPR ocorreu de forma lenta e gradativa, mas sempre procurando estar de acordo com as metas estabelecidas pelo governo federal. A partir de 1986, com a criação de Comissões destinadas à elaboração de uma política de Estágio para a Universidade, estabeleceram-se metas e foram tomadas medidas de implemento aos programas de estágio.

Partindo do pressuposto de que toda realização de Estágio deve estar de acordo com as normas, resoluções e regulamentos estabelecidos pela instituição de ensino, parte deste estudo foi dedicada à explanação dessas normas e desses regulamentos.

Especificamente na área de Odontologia da Universidade Federal do Paraná, grande importância foi dada à realização de Estágios na

formação do cirurgião dentista. A realização da Clínica Integrada no final do curso e a execução de projetos nacionais como o CRUTAC, PROJETO RONDON e CAMPI AVANÇADOS tiveram relevante papel no desenvolvimento do aluno, preparando-o para o mercado de trabalho e colocando-o em contato com a realidade social do país.

Devido à necessidade de grandes investimentos por parte do setor público, estes projetos nacionais foram sendo desativados. Quando comparados com as atividades desenvolvidas atualmente, ficaram claros seus valores e sua importância na formação da juventude da época.

Atualmente, as instituições públicas de ensino convivem com a diminuição de verbas destinadas à sua manutenção. Esse quadro força a busca de novos mecanismos operacionais, visando a utilização de forma mais efetiva e mais eficaz dos recursos disponíveis.

Neste trabalho foi relatada a situação atual dos estágios do Curso Superior de Odontologia e do Curso Técnico em Prótese Dental. Estes cursos possuem várias disciplinas comuns, como: Prótese Total, Prótese Fixa e Prótese Parcial Removível. Estas disciplinas realizam procedimentos interdependentes, isto é, o Curso de Odontologia presta atendimento dentário aos pacientes que procuram suas clínicas, e necessita, para o desenvolvimento de seus atendimentos, contratar serviços externos para a realização de trabalhos protéticos. O Curso Técnico, por sua vez, realiza trabalhos protéticos somente em manequins, por não ter a possibilidade de realizá-los em serviços de atendimento a pacientes.

Verificou-se ainda, que as disciplinas de prótese não atuavam com sua capacidade total de atendimento. Alunos apresentavam períodos de ociosidade por não terem pacientes dispostos a realizar tratamento protético, e, essas pessoas que procuraram os serviços de Odontologia da instituição, não foram atendidas em suas necessidades.

Considerando o exposto, propôs-se o seguinte problema central:

Quais os motivos que dificultam o acesso dos pacientes ao atendimento em serviços de Prótese Odontológica?

Em resposta ao problema proposto, este estudo pretendeu criar um modelo de Estágio que venha a integrar o Curso Superior de Odontologia e o Curso Técnico em Prótese Dental, caracterizando-se desta maneira como um Projeto de Intervenção Organizacional.

A partir dos conceitos coletados no 2º capítulo deste trabalho, compreendemos que a mudança curricular exerce um papel fundamental no desenvolvimento do projeto.

A realização do Curso Técnico em Prótese por meio de módulos viria resolver o problema do aluno trabalhador, isto é, aquele aluno que se vê obrigado a abandonar seus estudos para auxiliar ou até mesmo prover o sustento de sua família. A possibilidade de o aluno técnico realizar seus trabalhos protéticos e estes serem instalados em pacientes estabelece um quadro de realidade ao seu aprendizado, pois esta será a situação a ser enfrentada após a conclusão de seu curso.

O aluno do Curso de Odontologia também tirará proveito desta integração, pois terá a possibilidade de acompanhar toda a realização do

trabalho protético que será futuramente instalado em seu paciente. Isto fará com que ele possa visualizar de maneira integrada todos os procedimentos de realização da atividade protética.

A sistemática de avaliação do aluno possibilitará o controle de todas as fases de realização do trabalho protético, desde o planejamento do caso clínico até a cimentação deste trabalho. Inclui-se, nesta avaliação, a confecção da parte técnica, suas provas e acabamentos.

O estudo aponta as principais vantagens que a Universidade Federal do Paraná teria com a implantação do projeto:

- relacionamento entre diferentes níveis de ensino, aumentando a comunicação dentro da instituição;
- utilização racional das instalações da UFPR, adequando os laboratórios já existentes para o uso comum dos participantes do projeto;
- aumento da atuação da Universidade frente aos problemas específicos da comunidade, prestando atendimento melhor e de forma mais abrangente;
- formar o profissional de nível técnico e superior com condições de atuar de maneira correta e eficaz na realização de suas funções;
- possibilitar ao aluno a visão global de suas atividades profissionais;
- situar o estagiário a respeito de suas competências, explanando de maneira eficaz sua área de atuação;
- participação de grande número de alunos no projeto de Estágio;

Considerando que se pretende ser um trabalho de intervenção organizacional, apresento as seguintes recomendações finais:

1ª - Implantar o projeto de integração com o comprometimento entre as partes atuantes e a Direção da Instituição.

2ª - O gerenciamento do projeto deve ser assumido por um administrador que, além de capacitação para a função, apresente autoridade pessoal e liderança.

3ª - A avaliação do estágio deve ser feita de maneira constante, evidenciando os aspectos positivos e negativos de sua implantação. Quando necessárias, novas orientações devem ser propostas baseadas nas avaliações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, Célia Schmidt de. Estágios Curriculares como Mecanismo de Retroalimentação do Sistema de Ensino: Tese de Mestrado. Porto Alegre, 1978, 192 p.
2. ALMEIDA, Célia Schmidt de. Um Reexame do Estágio Curricular: Elementos para discussão. In: Seminários Regionais sobre Estágio Curricular - SESU/MEC- p 2 - 9, 1986.
3. ANTONINI, Edemar Soares. A Formação Profissional em Debate: Os Estágios Profissionalizantes. UFPR, 1988, p 22 - 26.
4. ARROYO, Miguel Gonzales. Administração da Educação, Poder e Participação. In Educação e Sociedade: UNICAMP, 1979.
5. BACELLAR, Yeda Maria dos Santos. Extensão Universitária: que vocação? Curitiba: Dissertação ( Mestrado em Educação), UFPR, 1989.
6. BRASIL, MEC, A Política e o Plano Setorial de Educação 1973/1974. Brasília, 1971.

7. BRASIL, MEC, 2º Plano Nacional de Desenvolvimento 1975/1979.  
Brasília. 1975.
8. BRASIL, MEC/ Escola - Empresa, A qualificação pelo Estágio.  
Instituto Evaldo Lodi: Paraná, 1979.
9. BRASIL, MEC/MTb. Reforma do Ensino Técnico, Secretaria de  
Educação Média e Tecnológica. Brasília, 1996. 34 p.
10. BRASIL, SEPLAN/CNPq, Programa de Estágio. Brasília, 1982.
11. BREJON, M. Estágios. São Paulo: Pioneira, 1974.
12. BURIOLLA, Marta A. Feiten, O Estágio Supervisionado. São  
Paulo: Cortez, 1995. 176p.
13. CASTRO, M. et alii. Estágios e Educação. Belo Horizonte:  
Universidade Federal de Minas Gerais, 1978.
14. CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração-4º ed.-  
São Paulo: Makron Books do Brasil / McGraw-hill, 1993. 2v.
15. COELHO, Ildeo Moreira. Especificidade da Prática nos Cursos de  
Graduação. Seminários Regionais sobre Estágios; Curitiba, 1986.

- 16.COIMBRA, Cecília Maria B. et alli, A Instituição da Supervisão.  
In 1º ENSEC - Encontro Nacional sobre Estágio Curricular, Rio  
de Janeiro: UFF, 1987. 10 p.
- 17.CONARCFE, Anais do 4º Encontro Nacional de Reformulação dos  
Cursos de Formação do Educador. Belo Horizonte, 1989.
- 18.CORTÉS, Therezinha Azevedo. O Compromisso com a Melhoria  
da Qualidade do Ensino, e o desafio à Integração da  
Universidade com o 1º e 2º Graus: UFPR, Curitiba, 1993. p. 225.
- 19.DRUCKER, P F. Administração: Tarefas, Responsabilidades  
e Práticas. Pioneira: São Paulo, 1975.
- 20.ENSEC. Anais do 1º Encontro Nacional Sobre Estágio Curricular.  
Rio de Janeiro, 1987.
- 21.ENTRES, Walter. O que é Estágio Supervisionado Integrado.  
Cadernode Estágios n° 5: UFPR, 1992. p. 69 - 81.
- 22.FAYOL, Henri. apud STONER, James. Administração. Traduzido  
por José Ricardo Brandão de Azevedo, Ed. P.H.B. 2ª ed. p. 22-39.

- 23.FERREIRA, Evaldo Antonio Montiani. Uma reflexão ... na  
Elaboração de uma Proposta de Estágio Supervisionado  
na Formação do Administrador Escolar. Curitiba, 1980.  
Dissertação Mestrado,UFPR. 88 p.
- 24.FREITAS. Formação do Educador e Estágio Curricular:  
Universidade de Campinas, 1989.
- 25.GURGEL, Roberto Mauro. Extensão Universitária: Comunicação ou  
Domesticação. São Paulo: Cortez, 1986.
- 26.JULIATO, Clemente Ivo. A Busca da Excelência Acadêmica nas  
Instituições de Ensino Superior por meio da Avaliação.  
Revista Iglu,1991. p. 128 - 142.
- 27.KATZ, Robert L. As Habilitações de um Administrador Eficiente.Ed.  
Nova Cultural. São Paulo, 1986.
- 28.KENSKI, Vani Moreira. A vivência escolar dos estagiários... In A  
Prática de Ensino. São Paulo: Papirus, 1994. p 39 - 51.
- 29.KRIGER, Léo. Entrevista, Professor Coordenador do Curso de  
Especialização em Odontologia Preventiva Social da UFPR,  
1996.

- 30.KUENZER, Acácia Zeneida. Educação e Trabalho - Relação Teórico-Prática. Encontro com Coordenadores de Curso UFPR, Caderno n° 2: Curitiba, 1988; p. 54 - 61.
- 31.KUENZER, Acácia Zeneida. Avaliação Institucional como condição para o seu Desenvolvimento. Educação Brasileira. Brasília, 1993.
- 32.KULCSAR, Rosa. O Estágio Supervisionado como Atividade Integradora. A Prática de Ensino, São Paulo : Papyrus, 1994. p.63-74
- 33.LEMES JÚNIOR, Antonio Barbosa. Seminário Avançado-Finanças, Estratégia das Organizações. P.U.C. - ISAE, 1994. 13 p.
- 34.MARIN, H. L. & WOLINEC, E. Sistemas de Informação na Administração Universitária: Desenvolvimento, Aplicações e Impacto. Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, 1988. 20 p.
- 35.MARINHO, Romeu Rebello. O Estágio na Instituições de Ensino Superior: Uma Abordagem Geral e Preliminar, 1°ENSEC. Rio de Janeiro, 1987.

- 36.MEYER JÚNIOR, Victor. Administração Universitária: Considerações sobre sua natureza e desafios.  
Trabalho apresentado no Seminário de Administração Universitária; Universidade de Costa Rica, 1988. p. 179 - 195.
- 37.MOLINARI, Irio. A Extensão Universitária como Campo de Estágio Curricular. Universidade Federal Fluminense, 1987.15 p.
- 38.NAGLE, Jorge. Educação Brasileira. Questões da Atualidade. São Paulo : Edart, 1976.
- 39.PADILHA, Tarcísio Meireles. Estágio Supervisionado: Considerações gerais sobre legislação. Instituto Evaldo Lodi: Rio de Janeiro, 1984.
- 40.PICONEZ, Estela C. Bertholo, A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado - 2ª Ed. - Papirus; Campinas, 1994. p 15 - 38.
- 41.PINTO, Vanessa Guimarães. A Formação Profissional em Debate. Estudos sobre Estágios na Universidade Brasileira: caderno nº2. Curitiba, 1988. p 15 - 19.

42. PIRES FILHO, Fernando Molinos. Os Estágios Profissionalizantes. Estudos sobre Estágios na Universidade Brasileira Curitiba: Caderno Nº 2; UFPR, 1988, p 21 - 31.
43. POLICHUK, Méri de Oliveira. A Extensão Universitária na Universidade Federal do Paraná, Tese; UFPR, 1995. 114 p.
44. PUC. SP, Desenvolvimento do Estágio Curricular na Pontificia Universidade Católica de São Paulo. Coordenação Geral de Estágios, 1985. 17 p.
45. PUC.SP, A Política de Estágios da Pontificia Universidade Católica de São Paulo. Coordenadoria de Estágios; São Paulo, 1987. 33 p.
46. SALGADO, João Amilcar. Os Estágios e o Processo de Construção da Ética e da Cidadania: In Caderno de Estágios nº6 UFPR, 1993. p. 17 - 22.
47. SALOMON, Délcio Vieira. Como Fazer Uma Monografia; 3ª Ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1994. 294 p.
48. SCAVAZZA, Beatriz Leonel. A Política de Estágios na Pontificia Universidade Católica de São Paulo, Coordenadoria Geral de Estágios ; 1987. 16 p.

- 49.SCHWAB, Áurea Gonçalves. Os Estágios e o Processo de Construção da Ética e Cidadania, In Caderno de Estágios nº 6; UFPR, 1993. p. 26-29.
- 50.SILVA, Clóvis L. Machado da. Modelos Burocrático e Político e Estrutura, Temas de Administração Universitária -NUPEAU- Florianópolis,1991. p. 78 - 90.
- 51.SOUZA, Paulo N. P. A Importância do Estágio na Formação Profissional. Educação. Brasília: jan/mar, 1976.
- 52.TAMAKI, Tadachi. Dentaduras completas. Ed. Sarvier e Ed. da USP, São Paulo, 1970. p. 1-23.
- 53.TOALDO, Olindo Antonio. Extensão Universitária:a Dimensão Humana da Universidade. U. F. de Santa Maria, 1977.
- 54.UB, Regulamentação Geral do Estágios na Universidade de Brasília. Resolução Conselho Ensino, Pesquisa e Extensão, 1987.
- 55.UCS, Diretrizes Gerais para os Estágios Curriculares dos Cursos de Graduação na Universidade de Caxias do Sul. 1989. 15p.

- 56.UFJF, Programa de Estágios Supervisionados na Universidade Federal de Juiz de Fora. Resolução Conselho Ensino, Pesquisa Extensão; 1987. 5 p.
- 57.UFJF, Uma Política de Estágios para a Universidade Federal de Juiz de Fora. Seminário, 1985.
- 58.UFPB, Os Estágios Curriculares na Universidade Federal de Pernambuco. Zélia Cristina de Moraes Guerra Castro, 1985.
- 59.UFPB, Regulamentação Geral dos Estágios na Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1985.
- 60.UFMT, Regulamentação Geral dos Estágios da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 1986. 44p.
- 61.UFPR, Estudo sobre os Estágios na Universidade Brasileira. Comissão de Estudos sobre Estágios, Curitiba, 1988. 61 p.
- 62.UFPR, O Sentido do Estágio na Formação Profissional. Caderno nº3. Curitiba, 1990. 37 p.
- 63.UFPR, Regimento da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná. Conselho de Administração, Curitiba, 1991.

- 64.UFPR, A Política de Estágios na Universidade Federal do Paraná. 1ª Ed., PROGRAD, Curitiba 1993. 69 p.
- 65.UFPR, A Política de Estágios na Universidade Federal do Paraná. 2ª Ed. PROGRAD, Curitiba 1995. 78 p.
- 66.VAHL, Teodoro Rogério. Alternativas de Financiamento para o Ensino Superior. Educação Brasileira, Brasília: 2ºsem. 1993. p. 147 - 167.
- 67.VASQUEZ, Adolfo S. Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 68.WACHOVICZ, Lilian Anna. A relação teórico-prática na formação profissional de ensino. Seminário, Setor de Educação da UFPR: Curitiba, 1988.
- 69.ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. O Sentido do Estágio na Formação Profissional. Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa: UFPR Curitiba, 1993.

ANEXO Nº 1

(Frente da Página)

## 1. FICHA DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL DO ESTAGIÁRIO

ALUNO 2º GRAU: \_\_\_\_\_

ALUNO 3º GRAU: \_\_\_\_\_

PACIENTE: \_\_\_\_\_

TRABALHO: PRÓTESE TOTAL

## AVALIAÇÃO TÉCNICA:

MODELOS DE ESTUDO \_\_\_\_\_

MOLDEIRA INDIVIDUAL \_\_\_\_\_

PLACA DE REGISTROS \_\_\_\_\_

MONTAGEM DOS DENTES \_\_\_\_\_

CEROPLASTIA \_\_\_\_\_

ACRILAGEM \_\_\_\_\_

AJUSTE OCLUSAL EM ARTICULADOR \_\_\_\_\_

ACABAMENTO E POLIMENTO \_\_\_\_\_

APARELHO ORTODÔNTICO REMOVÍVEL \_\_\_\_\_

PLACA OCLUSAL \_\_\_\_\_

## AVALIAÇÃO CLÍNICA

RETENÇÃO \_\_\_\_\_

ESTÉTICA \_\_\_\_\_

FUNÇÃO \_\_\_\_\_

CONFORTO DO PACIENTE \_\_\_\_\_

CONCLUÍDO EM \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

ANEXO Nº 2

( Frente da Página )

## FICHA DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL DO ESTAGIÁRIO

ALUNO 2º GRAU: \_\_\_\_\_

ALUNO 3º GRAU: \_\_\_\_\_

PACIENTE: \_\_\_\_\_

TRABALHO: PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL

AVALIAÇÃO TÉCNICA:

DUPLICAÇÃO DO MODELO \_\_\_\_\_

ENCERAMENTO DA ESTRUTURA \_\_\_\_\_

FUNDIÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA \_\_\_\_\_

ACABAMENTO E POLIMENTO DA ESTRUTURA. \_\_\_\_\_

RODETES DE REGISTRO \_\_\_\_\_

MONTAGEM DOS DENTES \_\_\_\_\_

CEROPLASTIA \_\_\_\_\_

ACRILAGEM \_\_\_\_\_

AJUSTE OCLUSAL \_\_\_\_\_

ACABAMENTO E POLIMENTO \_\_\_\_\_

AVALIAÇÃO CLÍNICA

RETENÇÃO \_\_\_\_\_

ESTABILIDADE \_\_\_\_\_

ESTÉTICA \_\_\_\_\_

FUNÇÃO \_\_\_\_\_

CONFORTO DO PACIENTE \_\_\_\_\_

CONCLUÍDO EM \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

ANEXO Nº 3

( Frente da Página )

## FICHA DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL DO ESTAGIÁRIO

ALUNO 2º GRAU: \_\_\_\_\_

ALUNO 3º GRAU: \_\_\_\_\_

PACIENTE: \_\_\_\_\_

TRABALHO: PRÓTESE FIXA

AVALIAÇÃO TÉCNICA:

CASQUETE DE MOLDAGEM \_\_\_\_\_

CASQUETE DE TRANSFERÊNCIA \_\_\_\_\_

COROA PROVISÓRIA \_\_\_\_\_

COROA DE JAQUETA EM RESINA \_\_\_\_\_

FUNDIÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA \_\_\_\_\_

ACABAMENTO E POLIMENTO DE E.M. \_\_\_\_\_

APLICAÇÃO DE RESINA EM COROA MET. PLÁSTICA \_\_\_\_\_

APLICAÇÃO DE PORCELANA EM COROA MET. CERÂMICA \_\_\_\_\_

APLICAÇÃO DE GLAZE EM COROA METALO-CERÂMICA \_\_\_\_\_

PADRÃO EM CERA OU RESINA PARA NÚCLEO \_\_\_\_\_

FUNDIÇÃO DE NÚCLEO METÁLICO FUNDIDO \_\_\_\_\_

SOLDAGEM \_\_\_\_\_

AVALIAÇÃO CLÍNICA:

ADAPTAÇÃO DE NÚCLEOS METÁLICOS FUNDIDOS \_\_\_\_\_

ADAPTAÇÃO DE COROAS \_\_\_\_\_

ESTÉTICA \_\_\_\_\_

FUNÇÃO \_\_\_\_\_

CONCLUÍDO EM \_\_/\_\_/\_\_\_\_.



ANEXO N ° 5

FICHA DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL DO ESTAGIÁRIO (FINAL)

ALUNO: \_\_\_\_\_

LOCAL: \_\_\_\_\_

ASPECTOS A CONSIDERAR

OBSERVAÇÕES

OBJETIVOS

ATIVIDADES

RELATÓRIO

SEMINÁRIO

ATITUDES

-responsabilidade

-colaboração

-iniciativa

-ética profissional

-abertura a crítica

-organização

ASSIDUIDADE

AVALIAÇÃO FINAL: INSUFICIENTE SUFICIENTE BOM EXCELENTE

## ANEXO Nº 6

## REGISTRO DE FREQUÊNCIA

ESTAGIÁRIO: \_\_\_\_\_

LOCAL DE ESTÁGIO: \_\_\_\_\_

PERÍODO LETIVO: \_\_\_\_\_ ANO: \_\_\_\_\_

| DIA | ENTRADA | HORA | SAÍDA | HORA | RUBRICA |

## ANEXO N° 7

## HORÁRIO E ESCALA DE TRABALHO

2° GRAU      ENTRADA: \_\_\_\_\_ SAÍDA: \_\_\_\_\_  
 | 2ª    | 3ª    | 4ª    | 5ª    | 6ª    | SAB.

3° GRAU      ENTRADA: \_\_\_\_\_ SAÍDA: \_\_\_\_\_  
 | 2ª    | 3ª    | 4ª    | 5ª    | 6ª    | SAB.    |

LOCAL DO ESTÁGIO: \_\_\_\_\_

RUA: \_\_\_\_\_ N° \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
 ASSINATURA DO PROFESSOR

## ANEXO N° 8

## CRONOGRAMA DE PROCEDIMENTOS ( ESCOLA TÉCNICA )

## DISCIPLINA DE PRÓTESE FIXA:

	A	B	C	D	E	F
1	ATIVIDADES	METAS/S.	MATERIAIS CONS.	CUSTO	RECEITA	PRAZO
2	Coroas Provisórias	320	Cera/Resina/Isolant.	R\$ 960,	R\$ 1.248,	07 dias
3	Troquéis	480	Gesso/Pinos/Ceras	R\$ 480,	R\$ 624,	07 dias
4	Fundição N.M.F.	480	Revest./Cera/Metal	R\$ 1.440,	R\$ 1.872,	07 dias
5	Coroa Total Metal	160	Revest./Cera/Metal	R\$ 1.660,	R\$ 2.158,	07 dias
6	Coroa Metal-Plást.	80	Rev./Cera/Met./Res.	R\$ 1.220,	R\$ 1.560,	14 dias
7	Coroa Melato-Cer.	50	Rev./Cer./Met./Porc.	R\$ 1.000,	R\$ 1.300,	21 dias
8	Restaur. Met. Fund.	160	Revest./Cera/Metal	R\$ 1.160,	R\$ 2.158,	07 dias
9	Soldagem	80	Revest./Metal Solda	R\$ 560,	R\$ 728,	07 dias
10	Núcleo Fundido Ind	160	Rev./Cer./Met./Ges.	R\$ 640,	R\$ 832,	07 dias

## DISCIPLINA DE PRÓTESE TOTAL:

	A	B	C	D	E	F
1	ATIVIDADE	METAS	MATERIAIS CONS	CUSTO	RECEITA	PRAZO
2	Modelo de estudo	40	Gesso	R\$ 20,	R\$ 26,	07 dias
3	Moldeira Individual	40	Ceras/Resinas	R\$ 80,	R\$ 104,	07 dias
4	Modelo Funcional	40	Gesso	R\$ 20,	R\$ 26,	07 dias
5	Placa de Registro	40	Ceras/Resinas	R\$ 80,	R\$ 104,	07 dias
6	Montagem Dentes	40	Dentes Estoque	R\$ 900,	R\$ 1.117,	21 dias
7	Acrilagem/Acabam.	40	Gesso/Resina	R\$ 200,	R\$ 260,	14 dias

## DISCIPLINA DE PRÓTESE PARCIAL REMOVÉVEL:

	A	B	C	D	E	F
1	ATIVIDADE	METAS/S.	MATERIAIS CONS	CUSTO	RECEITA	PRAZO
2	Estrut. Metálica Bil.	40	Revest./Cera/Metal	R\$ 1.000,	R\$ 1.300,	30 dias
3	Conf. Rodetes	320	Ceras	R\$ 960,	R\$ 416,	07 dias
4	Montagem Dentes	160	Dentes de Estoque	R\$ 3.120,	R\$ 3.120	14 dias
5	Acrilagem/Acabam.	160	Gessos/Resinas	R\$ 1.450,	R\$ 1.450	14 dias

## ANEXO 9

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS

CURSO \_\_\_\_\_  
ALUNO \_\_\_\_\_

PACIENTES ATENDIDOS PARA EXAME CLÍNICO E PLANEJAMENTO

1. NOME \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO \_\_\_\_\_  
TELEFONE \_\_\_\_\_ LOCAL DE TRABALHO \_\_\_\_\_

VAI REALIZAR O TRATAMENTO

( ) SIM  
( ) NÃO - MOTIVO ALEGADO \_\_\_\_\_

2. NOME \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO \_\_\_\_\_  
TELEFONE \_\_\_\_\_ LOCAL DE TRABALHO \_\_\_\_\_

VAI REALIZAR O TRATAMENTO

( ) SIM  
( ) NÃO - MOTIVO ALEGADO \_\_\_\_\_

3. NOME \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO \_\_\_\_\_  
TELEFONE \_\_\_\_\_ LOCAL DE TRABALHO \_\_\_\_\_

VAI REALIZAR O TRATAMENTO

( ) SIM  
( ) NÃO - MOTIVO ALEGADO \_\_\_\_\_

4. NOME \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO \_\_\_\_\_  
TELEFONE \_\_\_\_\_ LOCAL DE TRABALHO \_\_\_\_\_

VAI REALIZAR O TRATAMENTO

( ) SIM  
( ) NÃO - MOTIVO ALEGADO \_\_\_\_\_